

LIVRO DE ATAS Nº 31

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2022.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2022.

VEREADOR GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

Ata da Nona Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura resumida do Projeto de Lei nº 1.944/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidades administrativas do Poder Executivo. O sr. Presidente comentou que são recursos para a reforma da Escola Padre Manoel e consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. Os Vereadores Rafael e Demétrius comentaram. As três comissões se manifestaram favoráveis ao mesmo. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.944, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.945/2022, do Executivo: Dispõe sobre a alteração do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.473/2014, criando cargos efetivos de professores regentes e dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.619/2019, criando cargos de especialista em Educação e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. Os Vereadores Rafael e Demétrius comentaram. As três comissões se manifestaram favoráveis ao mesmo. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.945, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.946/2022, do Executivo: Altera o anexo I, da Lei Municipal nº 1.634/2019, de 30 de outubro de 2019, cria cargos efetivos de Servente Escolar e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. Houve um debate para esclarecer as alterações, inclusive com participação da Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Vânia. O Vereador Demétrius comentou. As três comissões se manifestaram favoráveis ao mesmo. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.946, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e cinco minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (06, 17 e 20 de dezembro/2021), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente submeteu à homologação plenária a designação da Comissão de Controle Interno para o exercício de 2022, composta pelos Vereadores Hedilberto Teixeira e Paulo Henrique da Silva, além do servidor Ramon Machado de Oliveira. O composição foi homologada pelo Plenário. A pedido do Presidente, o Secretário, Vereador Gladstone, fez a leitura do relatório de trabalhos legislativos do ano de 2021. Após, o sr. Presidente comunicou que o sr. Prefeito respondeu ao pedido de informações sobre o loteamento no bairro Boa Vista, documentos que estão à disposição dos vereadores. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências; 2) Projeto de Lei nº 1.934/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Institui no município de Rio Pomba a temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, por meio da disciplina de empreendedorismo, com foco na promoção da cultura empreendedora. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.947/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Revoga o inciso III do artigo 5º da Lei 1.493/2014 “que dispõe sobre a contratação temporária, por prazo determinado, para atender à necessidade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e dá outras providências.” O autor falou sobre o objetivo do seu projeto. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para a Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.948/2021, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente solicitou manifestação da Comissão de Finanças. O Vereador Paulo foi substituído pelo Vereador Gladstone nas funções da Comissão de Finanças durante esta sessão. A Comissão opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.948, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.949/2021, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto o dr. Luís Gustavo Riani, assessor do Executivo Municipal, o mesmo foi convidado e pode prestar informações sobre os objetivos do projeto. Falaram sobre o projeto os Vereadores Demétrius e Rafael. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para este projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou manifestação da Comissão de Finanças. A Comissão opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e

votação o Projeto de Lei nº 1.949, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.950/2021, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Demétrius formulou perguntas a serem dirigidas ao dr. Luís Gustavo. Presente no recinto o dr. Luís Gustavo Riani, assessor do Executivo Municipal, o mesmo foi convidado e pode prestar informações sobre os objetivos do projeto. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para este projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou manifestação da Comissão de Finanças. A Comissão opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.950, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 1, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre a contratação da empresa FW Serviços. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 1 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Requerimento nº 2, diversos Vereadores: Requer informações sobre a quantidade de professores da rede municipal. Os Vereadores Rafael, Jorge, Demétrius e Ivan falaram sobre questões alusivas aos professores. Votado, o Requerimento nº 2 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 3, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer a relação nominal dos ocupantes de cargos comissionados. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 3 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 4, dos Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira e Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre a obra de contenção das margens do rio Pomba. Os Vereadores Hedilberto, Demétrius, Jorge e Rafael falaram sobre a obra de contenção do rio. Votado, o Requerimento nº 4 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 5, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre a cobertura vacinal no município. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 5 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Requerimento nº 6, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer a relação nominal dos trabalhadores contratados através da empresa FW Serviços e outras informações. Os Vereadores Demétrius e Ivan falaram sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 6 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 49/2021-2ª edição: providência no bairro *Estação* relacionada ao pátio de transbordo; 2) Indicação nº 305: avaliação e reforma do telhado da rodoviária; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 311: reforma do passeio ao longo da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 312: manutenção da Rua Vereador José de Paula Miranda; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 307: pista de caminhada no entorno da sede do Pelotão PM; 2) Indicação nº 308: asfaltamento da Travessa Volta do Tanque; 3) Indicação nº 310: instalação de cobertura em ponto de ônibus central; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 303: convênio com clínicas particulares de oftalmologia; 2) Indicação nº 313: providências no Bomjardim; e) Paulo Henrique

da Silva: 1) Indicação nº 07/2021-2ª edição: providências na Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 08/2021-2ª edição: muro de contenção no final da Alameda dos Inconfidentes; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 02/2021-2ª edição: providências na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 06/2021-2ª edição: reforma do calçamento em ruas centrais da cidade; g) Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira e Frederico S. Condé: 1) Indicação nº 05/2021-2ª edição: retorno das atividades da vaca mecânica “Amélia”; h) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 304: preenchimento de vagas do magistério. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às dezenove horas e quarenta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que solicitou ao Secretário, Vereador Gladstone, a leitura do ofício do sr. Prefeito em resposta ao pedido de informações da Câmara sobre o loteamento no bairro Boa Vista. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências; 2) Projeto de Lei nº 1.934/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Institui no município de Rio Pomba a temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, por meio da disciplina de empreendedorismo, com foco na promoção da cultura empreendedora; 3) Projeto de Lei nº 1.947/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Revoga o inciso III do artigo 5º da Lei 1.493/2014 “que dispõe sobre a contratação temporária, por prazo determinado, para atender à necessidade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e dá outras providências.” Sobre o Projeto de Lei 1.934, o Vereador Rafael disse que a assessoria jurídica da Câmara já se posicionou favorável, restando às comissões se reunirem com a Secretária de Educação. O Vereador Ivan pediu essa agilidade para que o projeto seja aprovado e ser aplicado no próximo ano letivo. O sr. Presidente solicitou que a secretaria da Câmara intermedeie a designação de uma reunião entre as comissões e a Secretária de Educação. Sobre o Projeto de Lei nº 1.947, o sr. Presidente pediu que as comissões tragam os pareceres por escrito; comentou que municípios vizinhos e o Estado de MG não têm essa lei. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.951/2022, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal (INPC, 10,16%). O sr. Presidente solicitou manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. O Vereador Ivan esclareceu que se trata de reajuste e não aumento. As Comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.951, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan, Hedilberto e Gladstone: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação, Meio Ambiente e Finanças. O Vereador Demétrius perguntou se não seria melhor celebrar um convênio com o Instituto Federal e o Vereador Jorge disse que está apresentando indicação sobre isso. O Vereador Ivan disse que existe a parceria mas não é usada com eficácia, de modo que professor do IF o procurou para a criação desse horto municipal, o qual poderá atender às necessidades da cidade em suas ruas, praças e escolas. O Vereador Demétrius disse que tudo relacionado ao meio ambiente é válido, mas o IF é referência nacional e possui um curso de agroecologia; manifestou ser favorável à criação do horto. Próxima proposição, foi lido o Projeto de Lei nº 1.953/2022, do Executivo: Autoriza a

abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente disse que a plateia não pode se manifestar, apenas através de uma entidade representativa na Tribuna Popular. Presente no recinto o sra. Glória Aparecida, assessora contábil do Executivo, a mesma foi convidada e pode prestar informações sobre os objetivos do projeto. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para este projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência por unanimidade. O sr. Presidente solicitou manifestação da Comissão de Finanças. A Comissão opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.953, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.954/2022, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações percebidas pelos servidores do Poder Executivo Municipal de Rio Pomba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988 e contém outras providências (INPC, 10,16%). O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para este projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência por unanimidade. Presentes no recinto, puderam se manifestar sobre a proposição o Dr. Luís Gustavo Riani e a sra. Glória Aparecida, como assessores do Executivo, assim como o Vice-Prefeito com funções na Secretaria de Administração e Finanças, Wellington Ferreira de Souza. Houve participação nos debates pelos Vereadores. Destaca-se que o dr. Luís Gustavo disse se tratar de projeto muito simples, semelhante ao que foi apresentado hoje pela Mesa Diretora, e que o mesmo trata da recomposição linear para todos os servidores, sendo que oportunamente será tratado o reajuste dos professores e dos agentes de epidemias. O Vereador Ivan perguntou se esse projeto implica em perdas às professoras frente ao piso nacional anunciado pelo Governo Federal, e quando será tratado esse piso nacional. O dr. Luís Gustavo disse que de forma alguma o projeto implicará em perdas e o município tratará da aplicação do percentual do piso nacional quando houver segurança jurídica, tendo em vista que o Presidente da República o concedeu através de portaria e não lei; disse haver outra insegurança jurídica o fato de ter sido feitas várias alterações no art. 60 ADCT; comentou também que se chegará muito perto do limite prudencial de 51,3% da LRF o qual será atingido quando for tratada a questão dos agentes de epidemias. O Vereador Ivan disse que foi demonstrado hoje que o município tem saúde financeira para melhorar a remuneração das professoras, algo que elas esperam há muito tempo. O Dr. Luís Gustavo disse que saúde financeira é diferente da questão orçamentária. O Vereador Jorge perguntou se o município está se preparando para aplicar aumento ao magistério e elogiou o fato da administração municipal, pela segunda vez consecutiva, estar fazendo a recomposição salarial na totalidade do índice. O dr. Luís Gustavo respondeu que quando houver segurança jurídica, e sobre a portaria da Presidência da República disse que são inúmeras as questões judiciais relacionadas à inconstitucionalidades. O Vereador Rafael disse que a nível municipal os vereadores estão cobrando a aplicação do reajuste integral; comentou sobre a apresentação dos relatórios da LRF hoje apresentando o gasto com pessoal em 42% e disse que a folha irá para 47% com o reajuste de 10%, enquanto o limite da LRF é de 54%; calculou que com os 33% para o magistério o gasto irá para 49%,

5% abaixo do limite. O Vereador Jorge disse que os professores do nível fundamental deveria ter um salário melhor porque o começo de tudo é mais difícil, e que a Câmara está atenta à aplicação do reajuste. O Vereador Demétrius disse que as professoras precisam se unir para garantir seus direitos; citou a Lei 1.624/2019 e que a CNM contratou jurista famoso para defender municípios que já estavam em dificuldade financeira, o que pode demorar anos para ser julgado; comentou sobre a apresentação anterior do contador sobre o relatório da LRF onde houve aquisição de equipamentos para a educação, mas não houve valorização dos professores; disse que as professoras precisam mesmo cobrar pelo seu direito à valorização porque dinheiro existe para o pagamento. O Vereador Jorge disse acreditar que a administração irá cumprir o reajuste, mas está necessitando do estudo do impacto financeiro. O dr. Luís Gustavo disse que a administração do Executivo não nega a saúde financeira, mas precisa ser visto são os percentuais da LRF e o fato de que o Tribunal de Contas começa a alertar mensalmente o município quando se atinge os limites prudenciais, com consequências negativas para os servidores; disse que tem certeza do que fala e não fala “achando”, diferente do vereador. O Vereador Maurílio disse que todos são favoráveis ao aumento para as professoras, mas sempre tem vereador que faz polêmica e oposição. A assessora contábil Glória prestou informações contábeis ao Vereador Demétrius, que pode não ter prestado atenção à apresentação dos relatórios da LRF feita hoje ou pode estar se posicionando politicamente devido à presença das professoras no recinto; disse que o vereador já participou da administração e sabe como funciona a distribuição das coisas; então, explicou sobre a situação do município comentando sobre a repartição das contas da saúde, educação etc; disse que em nenhum momento foi dito que os professores serão prejudicados. O sr. Presidente solicitou manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.954, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 314: sede para Corpo de Bombeiros e o Samu no antigo pátio do DER/MG; 2) Indicação nº 315: medidas de segurança na Vila José Clemente de Araújo; 3) Indicação nº 316: reparos na ponte da Rua José Augusto Soares e nas estradas adjacentes; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 319: celebração de convênio para utilização dos recursos do Horto do IF; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 01/2021-2ª edição: asfaltamento de rua no bairro Nossa Senhora das Graças; 2) Indicação nº 317: travessia de pedestres na Rua Dr. Bruno José Gonçalves; 3) Indicação nº 318: espaço de lazer e recreação para cães. O sr. Presidente cedeu a palavra ao Vice-Prefeito com funções na Secretaria de Administração, Wellington F. Souza. Este disse que sempre defendeu os professores quando foi vereador; disse que hoje a situação é outra e está se lidando com valores em torno de dois milhões e novecentos mil reais e de uma folha de pagamento de um milhão e setecentos mil reais mensais, envolvendo todas as categorias de servidores, por isso sendo necessário usar muita responsabilidade nas palavras; lembrou da aplicação do reajuste em anos anteriores quando se dava o percentual menor que o da inflação; fez comentários sobre o percentual originado do governo federal e a necessidade de

muita responsabilidade ao se aplicá-lo nos municípios; falou às professoras que a administração não tem nenhum subterfúgio para negar direitos a elas, mas que é preciso verificar a aplicação do direito legalmente e só não se aplicou o abono porque Rio Pomba já atingiu o percentual de 70% do Fundeb. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador, como Presidente da Comissão de Educação, disse às professoras que esta comissão estará acompanhando a questão do piso nacional do magistério. O Vereador Demétrius fez agradecimento público ao Secretário de Saúde, Jair, pela assistência prestada ao Lar Lígia Cunha. O sr. Presidente disse que a Casa aguardará com ansiedade pelo envio da composição salarial do magistério. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e quatro minutos do dia sete de março de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (28 de janeiro e 07 de fevereiro), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Ofício nº 006, da Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Seguiu tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.934/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Institui no município de Rio Pomba a temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, por meio da disciplina de empreendedorismo, com foco na promoção da cultura empreendedora; foi retirado por solicitação do autor. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão integrando-se ao Plenário. Passando ao Projeto de Lei nº 1.947/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Revoga o inciso III do artigo 5º da Lei 1.493/2014 “que dispõe sobre a contratação temporária, por prazo determinado, para atender à necessidade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal e dá outras providências”, o sr. Presidente consultou se a Comissão de Legislação já emitiu o parecer escrito. O Vereador Rafael, Presidente da Comissão, disse que a mesma se reuniu quinta-feira. O Vereador Demétrius se pronunciou favoravelmente. O Vereador Jorge também se manifestou. O parecer da Comissão de Legislação foi pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.947/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente registrou e pediu um minuto de silêncio pelo falecimento da professora Alba Arrighi, ex-Diretora da Escola Estadual Prof. José Borges e ex-Vereadora em Pibaúba. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou ao Secretário a leitura de carta enviada por representante de comissão dos professores efetivos, professora Mônica Costa Val Borges, solicitando o uso da palavra. O Plenário autorizou o uso conforme solicitado. Então, compareceu à tribuna a professora Daniele Cristina Sophia Torres Teixeira, que expôs seus argumentos favoráveis a manter os direitos conquistados pelos profissionais do magistério, referindo-se à recente revogação da aplicação integral ao município do reajuste do piso nacional do magistério. Foi lido também o Off/Gab/Nº 047/2022, do Executivo. O sr. Presidente então determinou a leitura do Projeto de Lei nº 1.955/2022, de Vereadores: Revoga o art. 5º da Lei Municipal 1.822/2022 e concede o efeito repristinatório do § 1º do art. 1º da Lei Municipal 1.624/2019. Foram dispensados os pareceres das comissões permanentes, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 1.955 foi assinado por todos os Vereadores. Dada a palavra livre, pronunciaram-se favoráveis ao projeto os Vereadores Hedilberto,

Demétrius, Ivan, Rafael, Gladstone, Jorge Luís. Encerrada a discussão, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.955 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 306: Regularização fundiária urbana – REURB; 2) Indicação nº 327: Providências na Escola Estadual Prof. José Borges de Moraes a título de cooperação; 3) Indicação nº 328: Reparo em rede de esgoto e aterramento em local de erosão; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 324: Professor de apoio para crianças com necessidades especiais; 2) Indicação nº 325: Iluminação e redutor na Av. Prof. José Marcelino; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 329: Providências na comunidade rural de Coelhos; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 323: subsídio estudantil para despesas de transporte; 2) Indicação nº 326: Ponte de madeira na região de Tejuco; e) Jorge L. M. Soares e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 320: Atualização do valor da bolsa auxílio dos estagiários. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às dezenove horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (21 de fevereiro), a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos pedidos de informações formulados através dos requerimentos 02, 03, 04 e 05, sendo que as respostas estão à disposição dos vereadores. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. O Vereador Ivan solicitou o empenho das Comissões para emitirem os pareceres. O sr. Presidente substituiu o Vereador Ivan pelo Vereador Demétrius e o Vereador Gladstone pelo Vereador Paulo nas funções das comissões permanentes. O Vereador Demétrius solicitou ao sr. Presidente que solicitasse ao Instituto Federal a cópia do convênio celebrado com o município para utilização do horto florestal. O Vereador Rafael disse que o primeiro passo para as comissões se reunirem é a emissão do parecer jurídico da Câmara. O sr. Presidente solicitou à assessora jurídica a emissão do parecer. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.956/2022, do Executivo: Cria o Programa Feira Solidária no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente falou da importância do projeto como um grande incentivo à feira e na geração de renda. Presente no recinto, o sr. Presidente convidou para explicar sobre o projeto o Secretário de Agricultura, sr. Sérgio Mota. O Secretário falou sobre os objetivos do projeto e respondeu a perguntas e comentários dos vereadores. Foi mencionado por alguns vereadores a necessidade de voltar com a música ao vivo na feira semanal. Encerrados os debates, o sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou as comissões de Legislação e de Finanças sobre a possibilidade de emitirem os pareceres verbalmente. Ambas as comissões se pronunciaram favoravelmente ao mesmo. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.956/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.957/2022, do Executivo: Dispõe sobre a fixação do piso salarial dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, e dá outras providências; assim como a Emenda Modificativa nº 01. O sr. Presidente perguntou se o Dr. Gustavo Riani desejava se manifestar. O Vereador Rafael Vilela disse que foi erro simples e que o mesmo foi consertado. O Vereador Ivan sugeriu que use a palavra o assessor jurídico do Sinsemrip. O Dr. Clóvis Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip, disse que analisou o projeto antes da sessão para conferir a real situação dessa pequena diferença e constatou bem claro tratar-se de um equívoco; disse que o sindicato se

posiciona favorável considerando que se chegou ao valor devido. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial. Por unanimidade, o Plenário o aprovou. O sr. Presidente consultou as comissões de Legislação, de Educação e de Finanças sobre a possibilidade de emitirem os pareceres verbalmente. O Vereador Demétrius disse que o Executivo enviou o projeto com um erro matemático que esta Casa corrigiu a tempo. O assessor jurídico do Executivo, Dr. Gustavo Riani, presente no recinto, retrucou às palavras do Vereador Demétrius e o Vereador Ivan pediu que o sr. Presidente mantivesse a ordem. O sr. Presidente pediu ao Vereador Demétrius que concluísse o seu pronunciamento e pediu ordem nos trabalhos. O Vereador Demétrius disse se tratar de reajuste salarial, e não aumento. O Vereador Rafael disse que todos os servidores receberam o reajuste em 2021 e nada impede que o Prefeito sancione a lei garantindo o direito aos professores. As três comissões se pronunciaram favoravelmente ao mesmo. O sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa nº 01, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.957/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.958/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Prevê a distribuição gratuita de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência, nas condições que especifica. O autor do projeto se manifestou. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial. Por unanimidade, o Plenário o aprovou. O Vereador Rafael perguntou se já existe o parecer jurídico da Câmara e a assessora jurídica, Dra. Vânia, disse que ela auxiliou na elaboração do projeto e inclusive cita uma decisão do STF, de forma que o seu parecer é favorável. O Vereador Rafael perguntou se o advogado do Executivo teria condições de se manifestar. O dr. Gustavo Riani disse que precisa ter acesso ao projeto com o devido tempo. O Vereador Demétrius falou como funciona a distribuição de fraldas e que o projeto é necessário. O Vereador Rafael disse ter dúvidas e que vota favorável, mas se posteriormente for vetado será favorável ao veto. O Vereador Maurílio concordou com o Vereador Rafael. O sr. Presidente consultou as comissões de Legislação, de Saúde (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo) e de Finanças sobre os pareceres verbais. As três comissões se pronunciaram favoravelmente ao mesmo. O Vereador Ivan se manifestou favorável diante da manifestação do jurídico da Câmara e havendo decisão do STF. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.958/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 07, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre o Clube Recreativo Caiçaras. O autor falou sobre o objetivo do requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente disse que as informações serão esclarecedoras e possivelmente poderá vir representante do Executivo se manifestar. O Vereador Hedilberto disse que é necessário também ouvir representante do Clube Caiçaras. Após, foi lido o Requerimento nº 08, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre manutenção na ponte sobre o rio Tejuco. O autor falou sobre a necessidade da tomada de providências. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 09, do Vereador Ivan Ferreira

Martins: requer informações sobre desaterro às margens da Av. do Contorno. O autor manifestou sua preocupação em atingir o terreno do cemitério. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 01, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos aos professores veteranos do município. O Vereador Jorge falou sobre as dificuldades das professoras quando não havia transporte público para a zona rural e o desafio das classes multisseriadas. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 286: adoção do projeto espaço árvore; 2) Indicação nº 330: restauração do balaústre da ponte existente na Av. Dr. José Neves; 3) Indicação nº 338: restauração do passeio em frente à Escola Padre Manoel; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 331: cobertura dos parquinhos nas escolas municipais; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 335: asfaltamento da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 336: recuperação de ponte nos Cavacudos; 3) Indicação nº 337: limpeza das margens da rodovia MG-133; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 332: aterramento em ponte do São Lourenço; 2) Indicação nº 333: desvio de estrada e aterro na comunidade dos “Dias”; 3) Indicação nº 339: cessão de espaço para instalação de equipamento da Copasa – intermediação da Prefeitura; e) Hedilberto Teixeira, Paulo H. Silva e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 61-2ª edição: revisão do valor do auxílio alimentação. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Ivan fez um registro para pedir a compreensão dos representantes do Executivo que vêm à Câmara, para que respeitem os Vereadores; citou que o dr. Gustavo Riani já tenha se retirado mas disse que já falou pessoalmente sobre isso com ele; registrou que o Vereador Demétrius vem insistentemente sendo criticado e insultado nesta casa, pois aqui é um local de troca de ideias mas não de insultos, e lembrou que os Vereadores não fazem isso no Executivo. O sr. Presidente concordou e disse que quando os ânimos se exaltam as pessoas acham que estão sendo diminuídas, mas o importante é dar igualdade e direito de resposta; disse que irá manter a ordem no recinto, se necessário pedindo os infratores a se retirarem. O Vereador Demétrius disse que é preciso observar que aqui é a Casa do Legislativo e os assessores do Executivo devem vir aqui para prestarem informações, mas não usarem a palavra a todo momento e podendo atacar os vereadores. O Sr. Presidente disse que ficará mais atento e pediu o apoio da Mesa Diretora. O Vereador Gladstone disse que direito de resposta é diferente do que aconteceu hoje. O sr. Presidente disse que conversará com o assessor do Executivo antes da próxima sessão. O Vereador Rafael disse que há muito tempo está acontecendo situações constrangedoras para os Vereadores aqui na Câmara e os mesmos colocados como coadjuvantes, não podendo acontecer de qualquer membro do Executivo vir aqui na Câmara agredir os vereadores; pediu que a Mesa Diretora dialogue com o Executivo sobre isso. O sr. Presidente pediu desculpas aos vereadores e disse que a Presidência quer zelar pelos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo

Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (07 de março), a qual foi aprovada por unanimidade. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências; 2) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.959/2022, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “VIVER BEM” e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação, Assistência e Finanças. O Vereador Hedilberto disse que o projeto é importante e manifestou algumas dúvidas com relação à Associação dos Sem Casas. O Vereador Demétrius também manifestou a sua preocupação com a existência da Ascarp, questionando se será mais uma entidade que deixará de funcionar, uma vez que os objetivos do projeto apresentado e da Ascarp são os mesmos. O Vereador Ivan disse que o projeto é complexo e precisa ser bem analisado. O Vereador Gladstone disse que a situação da Ascarp é uma dúvida de todos os vereadores e que precisa saber se a mesma continuará a dar o suporte na questão das moradias. O Sr. Presidente disse ver com bons olhos o projeto mas as perguntas são pertinentes e as comissões precisam analisar o projeto, podendo esclarecer as dúvidas. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O Vereador Demétrius questionou o que virá depois da troca do nome, em se tratando de uma instituição com anos de história; defendeu a realização de uma audiência pública; disse não ser contra a implantação da escola em tempo integral, mas fez alguns questionamentos a respeito de restringir uso do Clube Caiçaras. O Vereador Rafael disse que a população tem que ser ouvida através de uma audiência pública; fez questionamentos sobre os associados e ressaltou que o direcionamento que está sendo dado pode até ser o melhor, mas é preciso uma audiência pública para discutir; falou sobre questões da diretoria que estava vencendo o mandato. O Vereador Ivan disse que ninguém é contra a integralidade escolar, mas ressaltou que nos finais de semana não tem aulas e o clube poderia ser usado pela população. O Vereador Hedilberto disse que o melhor caminho é ouvir os dois lados, ou seja, a administração municipal e a última diretoria do Caiçaras. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação, e Educação. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.962/2022, do Executivo: “Altera o anexo I da Lei Municipal 1.634/2019, de 30 de outubro de 2019. Altera a jornada de trabalho do Servente Escolar e dá outras

providências”. O Vereador Jorge Luís disse o Executivo está regulamentando um desejo antigo das serventes. O Vereador Gladstone, como Presidente da Comissão de Educação, disse que o projeto não menciona a questão do vencimento, se haverá alguma alteração, sendo necessário um total esclarecimento para evitar equívocos futuros. O Vereador Rafael concordou. O sr. Presidente disse que não estando na lei não pode ser exigido. O Vereador Demétrius disse que precisa ser ouvido o Sindicato dos Servidores e esclarecida a questão salarial. O sr. Presidente disse que as comissões podem convidar o Sinsemrip. O Vereador Rafael, como Presidente da Comissão de Legislação, pediu à assessora jurídica da Câmara que envie o projeto ao advogado do Sinsemrip. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação e Educação. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.963/2022, do Executivo: “Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Ivan disse ser necessário asfaltar a Rua Ministro Néilson Hungria até o seu final, pois os moradores pagam impostos. O sr. Presidente colocou em apreciação o pedido de urgência especial do autor e o Plenário o concedeu por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças e esta se pronunciou favorável ao projeto. O Vereador Demétrius concordou com o Ivan sobre levar o afastamento até o final da Rua Nelson Hungria. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.963/2022, o que foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 10, do Vereador Ivan Ferreira Martins: requer informações sobre atividades comerciais no trevo. O autor disse que acontece um comércio desleal no trevo, como ele constatou recentemente ao ser chamado pela população; o autor disse que chamou a fiscalização do município e que a venda de produtos no trevo é desleal porque os comerciantes não pagam impostos e ainda colocam o trânsito em perigo. O Vereador Hedilberto disse que o local é de responsabilidade do DER e o Vereador Ivan disse que já se inteirou ser pertinente do município fiscalizar toda a área urbana. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Jorge Luís Martins Soares apresentou o Requerimento nº 11: requer informações sobre as contratações das empresas que menciona. O autor comentou que andamento do Projeto Olho Vivo tem sido muito abordado pela população, inclusive diante de assaltos e questões de trânsito que têm acontecido na cidade. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius perguntou ao Presidente se o Executivo respondeu aos requerimentos de informações sobre a empresa FW Serviços. O sr. Presidente disse que o Dr. Luís Gustavo Riani lhe informou já estar esboçando a resposta, a qual deve chegar ao longo desta semana. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 220/2021-2ª edição: adicional de insalubridade para varredores de rua; 2) Indicação nº 344: uniformes e EPI’s para os garis e varredores; 3) Indicação nº 345: substituição de postes danificados e melhorias na iluminação pública; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 322: academia ao ar livre no Lindo Vale; 2) Indicação nº 341: manutenção do passeio do Clube Recreativo Caiçaras; 3) Indicação nº 343: providências complementares na estrada do Bomjardim; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 346: providências

na Av. Dr. José Neves - acessibilidade; 2) Indicação nº 347: escolha de local apropriado para o pátio de transbordo; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 176/2021 – 2ª edição: aumento do valor do aluguel social; 2) Indicação nº 340: estabelecimento de mão única na Rua Cel. Francisco Vieira; 3) Indicação nº 342: recuperação da camada asfáltica à Travessa Raimundo Furtado. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às dezenove horas e quarenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (21 de março e 04 de abril), as quais foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comunicou o recebimento de informações do Executivo requisitadas pela Câmara através dos Requerimentos nºs 01, 06, 07, 08, 10 e 11. O sr. Presidente consultou as comissões a respeito do Projeto de Lei nº 1.952. O Vereador Rafael, Presidente da Comissão de Legislação, disse que já fez contato com o jurídico do município a respeito da criação de despesa para o Executivo e na próxima sessão já terá como emitir o parecer. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências; 2) Projeto de Lei nº 1.959/2022, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “VIVER BEM” e dá outras providências. Mediante solicitação do sr. Presidente, estando presente no recinto, o Dr. Luís Gustavo Riani, representando o Executivo, falou sobre o Projeto de Lei nº 1.959. O dr. Luís Gustavo disse que o projeto visa autorizar o Executivo a prestar auxílio aos cidadãos desamparados nas questões de moradia, diante de calamidades e déficit de reforma habitacional, ideia que não é nova e está disponível na internet; sobre a Ascarp, disse que até 2021 a associação não estava regular em sua documentação, sendo a mesma auxiliada pelo Executivo na regularização; porém, a Ascarp tem uma carência temporal para estar habilitada a receber recursos; disse que a Ascarp não irá se extinguir por causa desse projeto, mas se tornará uma parceira do Executivo; sobre o período eleitoral, disse que a vedação não se aplica porque a legislação eleitoral se refere à circunscrição do pleito eleitoral. Houve perguntas e comentários dos Vereadores Gladstone e Ivan. O Vereador Rafael disse que é preciso estabelecer critérios na lei para que a Câmara possa fiscalizar o seu cumprimento. O dr. Luís Gustavo disse que a função da Câmara é realmente aperfeiçoar a lei para possibilitar maior fiscalização e transparência. O Vereador Jorge disse ver o projeto com bons olhos e concorda em lapidá-lo, sem deixar o assunto dormir porque existem muitas pessoas necessitadas dessa atenção. A respeito do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”, o sr. Presidente consultou se o Plenário concorda em votar hoje e se as comissões estariam aptas a emitirem o parecer verbal. O Vereador Ivan disse concordar em votar mas quer emitir a sua opinião. Os Vereadores Gladstone e Hedilberto, da Comissão de Educação, manifestaram-se favoráveis a votar o projeto. O Vereador Rafael, da Comissão de Legislação, disse que a comissão irá se reunir na segunda-feira e perguntou se existe urgência. O Dr. Luís Gustavo disse que somente está mudando um nome e não vê muita necessidade de discussão, pois o objeto em si, que foi alvo de longa discussão na reunião anterior, obteve uma

discussão inócua porque não se está discutindo a finalidade do imóvel. A Comissão de Legislação designou reunião na segunda-feira. O sr. Presidente disse que se a comissão não conseguir se reunir, podem fazê-lo via redes sociais para que o projeto seja votado na próxima sessão, por ser projeto simples. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.962/2022, do Executivo: “Altera o anexo I da Lei Municipal 1.634/2019, de 30 de outubro de 2019. Altera a jornada de trabalho do Servente Escolar e dá outras providências”. O sr. Presidente apresentou Emenda 01-Aditiva, com a permissão do Plenário. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Educação. O Vereador Ivan solicitou a manifestação do Sindicato dos Servidores Municipais. O Vereador Gladstone disse que o sindicato já se manifestou e o Ivan perguntou onde se manifestou. O Sr. Presidente comentou os objetivos do projeto. O Vereador Demétrius sugeriu que o Dr. Clóvis, assessor jurídico do Sinsemrip, use a palavra para apresentar a opinião do Sindicato. O Plenário consentiu e o Dr. Clóvis agradeceu pela oportunidade; disse que as serventes escolares já relataram se tratar de um anseio antigo e que na prática elas já trabalham 30 horas semanais, possibilitando ainda que elas estudem e estagiarem; disse que o fato de não constar especificamente a modificação do salário, é algo que não preocupa pelo princípio da irredutibilidade, mas a emenda vem em boa hora sedimentando a questão. Foi lida a Emenda Aditiva 01. O sr. Presidente disse que a emenda está aberta para assinatura de todos os vereadores; consultou o Plenário pelo regime de urgência para votação do projeto ainda hoje, o que foi aprovado por unanimidade. As Comissões de Legislação e de Educação se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Aditiva nº 01, ao Projeto de Lei nº 1.962, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi votado o Projeto de Lei nº 1.962, o qual também foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.964/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria o Dia do Casamento Comunitário no município de Rio Pomba. O autor disse que o projeto vem atender ao anseio dos casais que desejam se casar mas não têm condições de custear as despesas; solicitou a manifestação da Assessora Jurídica da Câmara. A dra. Vânia disse que o projeto parte do princípio de que muitos casais não conhecem o seu direito ao casamento sem custos e que o projeto vem possibilitar esse ato no mês de maio de cada ano, com a garantia dos direitos civis dos casais e sem despesas para os casais e também para o município. O projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as Comissões de Legislação, de Finanças e de Assistência. Após, o sr. Presidente apresentou o Projeto de Lei nº 1.965/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o “Wheeling” (Grau de Rua) como modalidade esportiva no município de Rio Pomba e dá outras providências. O autor disse que substituiu seu projeto anterior por outro modelo da cidade de Ubá. O mesmo seguiu tramitando e foi encaminhado para a Comissão de Legislação. O sr. Presidente solicitou o parecer escrito para a próxima sessão por se tratar de modalidade esportiva que está ganhando espaço em todos os municípios. Continuando a pauta, foi lido o Requerimento nº 12, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre as contratações das empresas que menciona. O autor falou sobre os objetivos do seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 12 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o

Requerimento nº 13, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre a regularidade trabalhista e fiscal das empresas contratadas pela Prefeitura. O autor falou sobre os objetivos do seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 13 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 14, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre a aplicação de recursos públicos através de subvenção social. O autor falou sobre os objetivos do seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 14 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 215-2ª edição: verticalização do cemitério (construção de gavetas); 2) Indicação 240-2ª edição: revisão do valor da remuneração do Programa Pró-Criança; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação 168-2ª edição: sinalização na Praça Joaquim Alves de Araújo; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 60-2ª edição: redutores de velocidade na Rua Geraldo Marini; 2) Indicação 348: reparo em rua do bairro Geraldo Homem de Faria; 3) Indicação 350: aquisição de veículo para a Secretaria de Agricultura; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação 352: limpeza de manilhas em estrada do Passa Cinco; 2) Indicação 353: desobstrução de manilhas no bairro Sol Nascente; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 349: subvenção social para a Acirp; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação 58-2ª edição: providências no bairro Sol Nascente; 2) Indicação 351: instalação de posto policial nas imediações da Praça do Compromisso; 3) Indicação 354: manutenção na quadra do parque de exposições. Conforme inscrição regularmente efetuada, o sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o sr. João Batista Toledo Costa, Presidente do Partido Republicanos, para esclarecer a população o motivo da sua saída da administração municipal. Na tribuna, o orador, Sr. João Batista Toledo Costa, saudou o Presidente da Câmara pela concessão, cumprimentou o Vereador Paulo, do Partido Republicanos, em nome de quem cumprimentou aos demais vereadores; cumprimentou os assessores jurídicos do Executivo presentes também o público em geral; disse que requisitou o uso da tribuna devido aos vários boatos maldosos surgidos com a sua saída da administração municipal, por pessoas a quem ele chama de hipócritas e covardes que se escondem por trás de perfil fake, o que é uma tristeza; disse que nesta cidade tem história e muito serviço prestado; disse que não serão esses hipócritas que irão denegrir a sua imagem e também nenhum forasteiro; disse que há quarenta anos um jovem com pouco mais de vinte anos se reuniu com vários amigos e resolveram fundar a Apae, um trabalho lindo e maravilhoso abraçado por muitas pessoas; disse que ali ficou como voluntário por quinze anos, como Presidente, ajudando voluntariamente; disse que foi Presidente da Escola de Samba Unidos do Rosário e juntamente com a Levanta Poeira e Unidos do Tejuco fizeram um carnaval que marcou época e trouxe divisas; disse que foi Presidente do Torneio de Férias e com a sua administração - algo que ele tem formação e conhecimento e não faz a toque de caixa - foi o responsável de levar o Torneio de Férias para dentro do Formigão, evitando o frio da Praça de Esportes; sendo esses alguns projetos que ele se preocupou no município; disse ter vindo de família honesta e trabalhadora, onde aprendeu a nunca pegar o que não lhe pertence, mas sim a estudar e conquistar o que desejasse; disse que tem a agradecer às pessoas de quem bateu à porta pedindo que confiassem na sua palavra, que não era

promessa de político, e sim de um amigo que sempre esteve ao lado dos mais humildes, não tendo sido sua culpa e todos sabem disso; disse que em 2021 assumiu a responsabilidade de Prefeito, mesmo sendo secretário, como é de conhecimento de todos, abraçou o compromisso e acredita não ter decepcionado; recordou que reformou o cemitério assim como a capela que recebeu a imagem do Sagrado Coração de Jesus; disse que: pintamos e reformamos o muro da Rua Madre Cabrine e das Casas Populares; asfaltamos e pintamos todo o bairro da Estação e demos assistência total ao bairro Panorama do qual, se fosse o Prefeito eleito, teria feito toda a extensão urbana para se tornar um bairro e receber as melhorias que o bairro precisa, infelizmente não dependendo dele; gastamos 60 toneladas de massa asfáltica, mesmo com tanta chuva; começou a ajudar a Secretaria de Obras, a pedido do sr. Prefeito, patrolando e cascalhando toda a zona rural o que garantiu suporte às estradas mesmo com o volume de chuvas; disse que isso não precisa ser questionado pela administração e nem pelas pessoas, bastando sair do gabinete e fiscalizar as obras como foi falado na campanha confirmando que a zona rural foi cascalhada; disse que atrás de mesa não se administra o município; continuou dizendo: fizemos várias pontes grandes, como nos Gonçalves, perto da propriedade do Vereador Maurílio, e ao São Lourenço, perto de Toninho do Vivinho, levantaram a ponte de cimento no Bomjardim perto do campo de Zé Carlos e fizeram uma ponte perto da propriedade de Rônia, assim como perto da estrada dos Furtados; iluminamos a praça municipal com lâmpadas de LED, além de colocar um semáforo de respeito; limpeza de rua e capina são coisas corriqueiras e não citou; disse que ficaria aqui a noite toda falando de obras, auxiliado pelas indicações e requerimentos dos Vereadores, aos quais respondeu a todos e atendeu ao que foi possível, dentro da lei; disse que tudo foi feito com o auxílio dos funcionários da Prefeitura, a quem agradeceu e deixou um abraço por ter um bom relacionamento com todos; disse que defendeu a todos os funcionários, como quando o Prefeito se afastou por licença médica e se tentou às pressas implantar o ponto eletrônico, quando então ele pediu aos advogados que esperassem o retorno do Prefeito e assim foi feito; aproveitou o espaço para dizer às professoras que, se ele estivesse lá, nada disso teria acontecido pois é um direito delas, mas quem não tem estudo não sabe o valor de um professor; disse que sempre recebeu as pessoas de portas abertas por entender que para estar ali não fez nenhum concurso e sim foi indicado pela aprovação popular na confiança do voto; disse que Prefeitura não se administra como empresa pois ela precisa ter o seu cunho social, sendo ali que o mais carente encontra apoio; disse que este foi o motivo de ter sido exonerado pois gera ciúmes, pois o seu nome estava nas ruas como próximo candidato a Prefeito, diante do que armaram um circo dentro do gabinete e no dia quatorze de fevereiro, sem ele saber de nada, foi chamado e, quando entrou, para sua surpresa, era a presa dos leões com o propósito de “tirar o Gaiola da Prefeitura por umas denúncias que temos aí”; pediu então para apresentarem as denúncias porque o que ele via eram as pessoas indo à Prefeitura para agradecer a administração municipal pela atenção recebida, tanto na zona rural quanto urbana; porém, mais que um rei do gatilho, o Vice-Prefeito disse que se a denúncia tiver sido feita na ouvidoria não havia jeito; o orador passou às mãos dos vereadores - e parabenizou à sua advogada pela

competência em conseguir - uma certidão negativa constando nada contra seu nome no Ministério Público; disse que esse movimento já estava sendo feito há uns meses antes do acontecido através do Vereador Hedilberto Teixeira e o Vice-Prefeito, tentando convencer os vereadores da base a participarem de uma reunião às escondidas, algo que eles não concordaram e lhe comunicaram. Neste momento o Vereador Hedilberto, pela ordem, disse ao sr. Presidente que o orador teria que provar essa fala. O sr. Presidente disse que se deixasse o orador terminar. O orador esclareceu que não irá abrir espaço para perguntas. O Vereador Hedilberto interpelou dizendo que aqui é a Casa do Povo e o orador terá de respeitá-la, pediu que o orador falasse das ameaças que lhe fez na rua. O orador disse não estar se lembrando disso e nem conversando com o Vereador Hedilberto está; continuou dizendo que passou o assunto ao sr. Prefeito que lhe disse “você é meu irmão, quem manda aqui sou eu, você só sai daqui junto comigo”; o orador parafraseou Chico Milani dizendo “ele acreditou, ou melhor, eu acreditei”; seguiu o orador dizendo que, não se dando por satisfeito, o Vice armou esse circo convencendo o Prefeito de que as denúncias eram verdadeiras e este preferiu acreditar no palhaço do circo do que na pessoa que ele sempre chamou de irmão; disse que, sem ao menos ter chance de defesa, foi exonerado, mas disse à turma de covardes que “aqui se faz, aqui se paga”; comentou que quando recebeu a delegada de mulheres em Rio Pomba, Dra. Ione Barbosa, ela lhe disse que a mentira não se sustenta e a verdade sempre aparece; disse a “esses covardes” que nunca lhe calarão, segue de cabeça erguida pois tem berço, e se for da vontade de Deus e do povo estaremos juntos num futuro próximo; disse que contem sempre com ele e que diz às pessoas que no seu dicionário não constam as palavras desonestidade, covardia e ingratidão, disse que enfrentou muitos mares e oceanos por um grande amigo que teve, o qual infelizmente sequer molhou os pés por ele; agradeceu e encerrou o seu pronunciamento. O Sr. Presidente solicitou a distribuição de cópia a todos os vereadores do documento entregue pelo sr. João Batista Toledo Costa; agradeceu ao orador pelo esclarecimento e disse que a Câmara está sempre disponível mediante o seu pedido. O Vereador Ivan pediu que a Presidência desse a palavra ao Vereador Hedilberto. O Vereador Hedilberto Teixeira lamentou e disse que covarde é o orador que usou a tribuna e que a população conhece quem ele é; disse que o seu (Hedilberto) caráter está muito acima dele e perguntou aos vereadores, um por um, se convidou alguém para tirar o orador do poder, porque se tivesse esse poder “ô que beleza” disse o Vereador Hedilberto. Ao serem indagados, todos os vereadores disseram que não foram convidados para reunião com a finalidade de tirar o orador do cargo que ocupava no Executivo. O Vereador Demétrius disse que mesmo se tivesse sido convidado, não participa de reuniõeszinhas, como teve no passado, por ser um vereador independente; recordou que no passado, quando foi feita a escolha, houve uma reunião com ele. O Vereador Hedilberto disse que o covarde é o orador. A seguir, no pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Após, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que o ex-Secretário é um covarde, foi embora e não quis ouvir suas respostas, mas aí está o porque das suas falas colocando-lhe como autor direto da sua exoneração;

disse que quem lhe conhece sabe do seu caráter, da sua luta e do seu compromisso com Rio Pomba; comentou que ficou quase oitenta dias sem entrar na Prefeitura por ver as coisas que o ex-Secretário estava fazendo de errado, não querendo citar o seu nome porque o considera “enterrado”; disse que nada do que foi citado partiu dele (Hedilberto), a não ser que o orador estava querendo fazer palanque político para se apresentar como candidato daqui há dois anos, o que pode ser apresentado futuramente ao TSE; disse que é direito dele, mas no que foi colocado o seu nome, não teve, a não ser conversas com o Vice-Prefeito por amizade causando ciúmes, pois apoia pessoas honestas; disse que ficou oitenta dias sem comparecer na Prefeitura por ver o que estava acontecendo, atendimento de interesses pessoais que não cabem à administração pública, censura e intimidação a vários funcionários que estavam a ponto de pedir contas, e também a perseguição a funcionários; interferência em assuntos de sindicatos e associações, pois o orador da tribuna queria interferir na diretoria do Sinsemrip, causando estranheza que o mesmo venha aqui e queira atacá-lo; disse que não deve nada a ele e vai cobrar as ofensas e algumas ameaças que lhe chegaram; pediu que o orador da tribuna não fique soltando seu nome por aí porque não precisa de política e está aqui para ajudar o povo; disse que o orador precisa ir atrás da administração que o dispensou e não atrás dele (Hedilberto); questionou as palavras do orador da tribuna se colocando como se fosse o prefeito; disse que a fala do orador não lhe abala em nada, apenas lhe causa revolta de que ele venha, ataque e não queira resposta. Vereadores falaram sobre assuntos gerais. O Vereador Rafael disse que as acusações do ex-Secretário, João Batista Toledo Costa, são genéricas. Houve comentários dos Vereadores Rafael e Demétrius sobre a atuação da Volpi Engenharia, de que não conhecem os seus profissionais e de que a prestação do serviço não está sendo ágil o suficiente diante das necessidades mais prementes do município. Os Vereadores Rafael e Ivan falaram também sobre ações da Secretaria de Obras agora sob a condução do Secretário Francisco, ainda desconhecido de alguns vereadores. O sr. Presidente pediu que as comissões permanentes acelerem seus trabalhos para o andamento dos projetos em pauta. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dois de maio de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que solicitou ao Plenário a homologação da consulta feita sobre o adiamento da sessão ordinária do dia dezesseis de maio para o dia vinte e três de maio, para que aconteça um evento alusivo aos 60 anos do Instituto Federal aqui na Câmara. O Plenário unanimemente homologou a mudança da data da próxima sessão. O sr. Presidente comunicou que a partir da próxima sessão todas as proposições de vereadores deverão estar assinadas até o fechamento da pauta na sexta-feira, pois não mais se justifica a exceção aberta pela pandemia de Covid-19. Conforme convite da Presidência, o sr. Presidente solicitou que o Vice-Prefeito, Wellington F. Souza, fizesse uma explanação sobre os serviços prestados pela empresa Volpi Engenharia ao município de Rio Pomba. O Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, iniciou explicando sobre a decisão da administração municipal em realizar um novo processo licitatório para esse serviço; passou informações sobre o contrato com a empresa anterior; discorreu sobre o pregão presencial para contratar uma nova empresa; disse que a gama de serviços prestados pela empresa Volpi é muito mais amplo do que era anteriormente prestado e discorreu sobre os mesmos, inclusive contemplando os casos atinentes à defesa civil e nas intermediações com a Copasa e o Ministério Público, assim como obras judicializadas. O Vereador Ivan perguntou a situação do loteamento no bairro Boa Vista. O Vice-Prefeito Wellington disse que pessoas não autorizadas do Executivo tomaram decisões precipitadas para satisfazer seus egos; relatou que o engenheiro e outros técnicos da Volpi estão tratando do caso e o município fará o que lhe for compatível. O Vereador Demétrius também comentou sobre a situação do alto da “Pedreira”, às margens da MGC-265, onde o Vice-Prefeito já esteve, inclusive com um poste que está danificado por veículo da Prefeitura e causou danos em aparelhos de TV. O Vice-Prefeito disse que o problema no lugar é antigo e relatou que alguns moradores fizeram movimentações de terra. O Vereador Jorge Luís apresentou a situação do *booster* da Copasa à Rua Luíza Alvim. O Vice-Prefeito disse que já existem andamentos informais buscando a solução. O Vereador Demétrius recordou que o Vice-Prefeito falou sobre problemas das administrações anteriores, como o canto do rio Pomba; disse que existe loteamento com problemas acima do bairro Sol Nascente que foi liberado pela atual administração e está apresentando problemas. O Vice-Prefeito convidou a Comissão de Obras a visitar o local citado. O Vereador Jorge Luís perguntou quais são as obras judicializadas e o Vice-Prefeito citou que é a ponte dos Mendes, do rio Pomba, do Centro Cultural e da Capela Mortuária, todas assinadas pela empresa anterior. O Vereador Demétrius citou uma ponte feita pela atual administração na Santa Maria que não durou nem cinco meses. O Vice-Prefeito convidou a Comissão de Obras a visitar também essa obra. O Vereador Frederico citou a obra de abastecimento de água do Monte Alegre que vem apresentando seguidos problemas e está sendo reparada pelos próprios

moradores. O Vice-Prefeito disse que a empresa está notificada e a administração fica impedida de mexer. O Vereador Hedilberto disse ser muito bom falar dessas obras e a administração precisa pensar mais alto e ter a coragem de abrir uma CPI para investigar, como a obra do CAPS; relatou outras obras com problema e já passou da hora da Câmara mostrar às empresas que também pode tomar uma providência. O Vice-Prefeito concluiu seu pronunciamento e a sessão teve continuidade. Seguiu tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. O sr. Presidente disse pediu que as comissões permanentes agilizem os pareceres. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.966/2022, da Mesa Diretora: Institui o Vale Feira aos servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as Comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Ivan foi substituído pelo Vereador Hedilberto). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.967/2022, do Executivo: “Dispõe sobre a adequação do piso salarial dos Especialistas em Educação da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências”. Presente no recinto, a assessora contábil Glória Aparecida Rodrigues dos Santos disse que participou da reunião com as servidoras em questão e então comentou que se trata de uma correção salarial dos especialistas em educação, que em Rio Pomba são diferenciadas das professoras. O Ivan perguntou se serão recursos do Fundeb e a assessora contábil disse que sim. O Vereador Rafael perguntou se o projeto é do interesse das especialistas aqui presentes. O Vereador Demétrius disse que é merecido. O sr. Presidente consultou e o Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. As três comissões concluíram-se favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.967, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.968/2022, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O Vereador Demétrius disse ser contra o aumento e o reajuste anual todos os servidores têm direito a receber; citou o impacto que gerará na folha de pagamento; recordou que indicou um aumento no valor pago à Juventude Ativa e que todas as categorias são merecedoras. O sr. Presidente consultou e o Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. O Vereador Rafael disse que o valor pago à Juventude Ativa precisa ser atualizado. O Vereador Jorge Luís lembrou que pediu uma correção também no valor da bolsa estágio. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se concluíram pela legalidade e normalidade do projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.968, que foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Demétrius Carvalho de Oliveira, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins, votando contra o Vereador Ivan Ferreira Martins. Este, ao votar, disse que não é contra nenhum trabalhador mas precisa ser coerente com a sua fala. O Vereador Rafael Vilela disse que o projeto está dentro do senso comum, pois a Prefeitura primeiro enviou a revisão dos

servidores e a revisão anual não é aumento. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.969/2022, do Executivo: “Dispõe sobre a alteração do anexo I da Lei Municipal nº 1.469/2014, alterando o salário base dos cargos de técnico em saúde bucal e técnico em enfermagem e criando uma vaga de técnico em enfermagem. Estando presente no recinto, o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho, falou sobre o projeto e respondeu a questionamentos dos vereadores. O sr. Presidente consultou e o Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças. As três comissões manifestaram-se favoráveis ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.969, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 357/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na Câmara Municipal a ação denominada Pequeno Expediente. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de Legislação e de Finanças. A seguir, foi lido o Requerimento nº 15, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer a relação dos contratos celebrados pela atual administração do Executivo. O autor se pronunciou. Votado, o Requerimento nº 15 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 16, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informação sobre a aplicação do asfalto em vias da cidade. Os Vereadores Ivan e Demétrius se pronunciaram. Votado, o Requerimento nº 16 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 17, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informação sobre veículo sem utilização. O autor se pronunciou. Votado, o Requerimento nº 17 foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente comentou que está em pauta o Projeto de Lei nº 1.960/2022, do Executivo: “Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Rio Pomba – REFIS 2022 e dá outras providências”. Presente no recinto, o sr. Presidente convidou a falar sobre o projeto a contabilista Glória Aparecida Rodrigues, representando o Executivo. A sra. Glória Aparecida falou sobre a dívida ativa do IPTU que atualmente soma treze milhões de reais com previsão de arrecadação de trinta por cento; também falou sobre o projeto de lei. Houve comentários e perguntas dos vereadores. O sr. Presidente disse que o projeto ficará tramitando e consultou se o Plenário dispensa a sua leitura, com envio de cópia aos vereadores. O Plenário aprovou a dispensa da leitura. O Projeto de Lei nº 1.960 seguiu tramitando e foi encaminhado para as Comissões de Legislação e de Finanças. A pedido do sr. Presidente, o Plenário autorizou o uso da palavra pela professora Elisângela da Silva Costa, para falar sobre um depoimento da mesma sobre sua experiência com alunos no CIEL – Centro Integrado de Educação e Lazer Esportivo na Praça de Esportes. A professora Elisângela se pronunciou como professora, como cidadã e como rio-pombense; relatou sua preocupação inicial com o fechamento do Clube Caiçaras mas superada a preocupação ao ver o renascimento do Clube à população e aos alunos, com possibilidade de ampliação do seu uso; disse que o projeto é muito bom para Rio Pomba. Houve a participação do Vereador Demétrius com comentários. O Vereador Ivan disse que ninguém é contra a implantação do CIEL, mas questionou onde serão colocados os jovens e adolescentes, pois parte da população quer usar o único clube popular da cidade e

essas pessoas não podem ser desamparadas; lembrou que vem cobrando uma audiência pública para ouvir a sociedade rio-pombense e para que haja um entendimento sobre o caso, com possibilidade de projetos paralelos. A professora Elisângela lembrou que o Clube já não tinha mais tanta utilização como já houve e o CIEL trará novas oportunidades para utilização correta. Em sequência foram lidas:

a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 356: implantação da Sala Mineira do Sebrae; 2) Indicação nº 357: instituição do Projeto Primeiro Emprego; 3) Indicação nº 364: bolsa de estudos em cursos profissionalizantes; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 355: reforma urgente de pontes na Formiga; 2) Indicação nº 359: viabilização de direitos aos servidores da saúde; 3) Indicação nº 365: reforma do refeitório e banheiro do pessoal da varrição; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 361: manutenção das estradas de Gonçalves; 2) Indicação nº 362: verificação de erosão às margens da Av. do Contorno; 3) Indicação nº 363: instalação de redutor de velocidade no local citado; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 186-2ª edição: redutores de velocidade no bairro Lindo Vale; 2) Indicação nº 204-2ª edição: distribuição de leite de soja ou pasteurizado à população cadastrada na Amélia; 3) Indicação nº 360: manutenção do calçamento da Av. Palmeira Imperial. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Conforme inscrição regularmente efetuada, o sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o sr. Wellington Ferreira de Souza, Vice-Prefeito, para prestar esclarecimentos acerca de assuntos relacionados a administração e abordados nas reuniões da Câmara. Na tribuna, o orador discorreu sobre várias ações executadas pela administração atual do Executivo; ao final do seu pronunciamento, disse que pessoas covardes, usando perfis falsos, levam a Câmara Municipal a cometer erros. O Vereador Rafael Vilela disse que a Câmara não cometeu nenhum erro, mas apenas aprovou pedidos de informações que são importantes e um dever do Legislativo. O Vereador Ivan apoiou as palavras do Vereador Rafael e disse que a Câmara não pode deixar de fiscalizar o Executivo, sendo esta uma função primária do Vereador. O Vereador Demétrius disse que seria uma ótima oportunidade para o Vice-Prefeito esclarecer sobre a fala do ex-secretário que recentemente ocupou a tribuna, inclusive com insinuações envolvendo o nome de um Vereador, assim como a exoneração de dois secretários. O Vice-Prefeito disse que cabe a quem falou apresentar as provas. Às vinte e uma horas e trinta e um minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.959/2022, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “**VIVER BEM**” e dá outras providências. Após, passou-se ao Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O Vereador Ivan Martins pediu vistas enquanto a Câmara não fizer a audiência pública. O sr. Presidente disse que primeiro serão consultadas as comissões e depois consultado o Plenário. O Vereador Rafael Vilela, da Comissão de Legislação, disse que a comissão se reuniu e não deu o parecer, que não há objeção ao projeto mas não quer tirar o sentido da audiência pública; disse que a professora Elisângela trouxe um olhar diferente sobre o projeto, mas a Câmara não pode tirar o sentido de debater em audiência pública. O Vereador

Demétrius opinou por aguardar a audiência pública conforme solicitação do Vereador Ivan. O Vereador Paulo perguntou se o Ivan tem a data da audiência pública e o Vereador Ivan disse que era para ter sido feita na semana passada. O sr. Presidente disse que encaminhou o pedido de audiência para a Comissão de Educação; considerando que está havendo divergências, disse para se agendar a audiência. O Vereador Gladstone, Presidente da Comissão de Educação, disse que o pedido de audiência foi encaminhado numa segunda-feira para audiência na sexta-feira, necessitando de discernimento para as coisas serem feitas com ordem e decência. O sr. Presidente perguntou se o Plenário concorda com a audiência pública. O Vereador Maurílio opinou contrário à audiência pública. O Vereador Demétrius opinou que se marque a data da audiência. O Vereador Ivan disse que é preciso dar voz à população. O Vereador Hedilberto disse ser favorável à audiência pública, mas também a se votar o projeto hoje porque é apenas uma mudança de nome e depois será conversado com a população as mudanças possíveis. O Vereador Ivan lembrou ao sr. Presidente que já pediu vistas. O sr. Presidente disse que o Plenário é soberano e irá consultá-lo. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do pedido de vistas do Vereador Ivan, votando contrários ao pedido os Vereadores: Maurílio R. Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva; votando a favor do pedido de vistas os Vereadores Demétrius C. Oliveira e Ivan F. Martins. O Vereador Frederico teve dúvidas se caberia essa votação do pedido de vistas. O sr. Presidente solicitou a manifestação da assessora jurídica da Câmara e esta comentou sobre a concessão do regime de urgência previsto no art. 159 do Regimento Interno, concluindo que a comissão tem direito de analisar o projeto. O sr. Presidente então retirou a votação do pedido de vistas do Vereador Ivan e anunciou que colocaria em votação o pedido da realização de audiência pública. O Vereador Maurílio disse que a Comissão pediu vistas. O sr. Presidente disse que quem pediu foi o Vereador Ivan. O sr. Presidente colocou em votação a realização da audiência pública, votando contrários: Maurílio R. Reis, Demétrius C. Oliveira, Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva; votaram a favor: Ivan F. Martins, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins. Portanto, a realização de audiência pública foi rejeitada por 05 (cinco) votos. O Vereador Demétrius disse ter sido contra a audiência mas a favor do pedido de vistas do Vereador Ivan. O Vereador Ivan disse que os vereadores estão sendo contra a população pois na audiência quem fala é a população. O Vereador Frederico deixou claro que já tem o seu voto definido, mas respeita os pedidos de audiência e de vistas do Vereador. O Vereador Rafael reconhece o direito à audiência pública, mas pediu que a mesma seja marcada para decidir o assunto. O sr. Presidente solicitou que a assessora jurídica da Câmara esclareça sobre o pedido de vistas e a dra. Vânia disse que a comissão tem o direito de analisar o projeto porque o mesmo não está em regime de urgência. O sr. Presidente concedeu vistas ao Vereador Ivan por três dias e a audiência pública foi negada. Seguindo a pauta, foi lido o parecer da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei nº 1.964/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria o Dia do Casamento Comunitário no município de Rio Pomba. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Assistência de Finanças. Ambas se concluíram favoráveis. O Vereador Jorge comentou sobre o

projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.964/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação sobre o Projeto de Lei nº 1.965/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o “Wheeling” (Grau de Rua) como modalidade esportiva no município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Demétrius disse que faltam pareceres de órgãos competentes informando sobre locais adequados, equipamentos de segurança, pois existe risco na prática da modalidade. O parecer da Comissão de Legislação foi pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.965/2022, o qual foi rejeitado por unanimidade. O Vereador Jorge lamentou a rejeição, pois a Constituição Federal diz que o Estado deve incentivar as práticas esportivas. O Vereador Maurílio disse conhecer pessoas que morreram nesse esporte, por isso votou contra. Tendo em vista o limite de tempo de duração da sessão ordinária previsto no regimento interno, o sr. Presidente encerrou a sessão sem conceder a palavra no grande expediente. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e três minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares. Registre-se a presença do exmo. sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, do Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, e dos Secretários Municipais de Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu a quatro requerimentos da Câmara sobre: a) uso da tobata; b) remoção de terra na av. do Contorno; c) contratos da atual administração; d) asfaltamento de vias. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 1.971/2022, do Executivo: “Acrescenta artigo à Lei 1.519/2015 extendendo o perímetro urbano do município.” Presente no recinto, usou a palavra o dr. Luís Gustavo Riani, assessor jurídico do Executivo, fazendo uma explanação sobre os objetivos do projeto. O Vereador Demétrius perguntou se o projeto vem para beneficiar apenas o bairro Panorama ou também outros loteamentos até aquele bairro, porque ele não sabe as coordenadas havendo recebido o projeto às dezoito horas da sexta-feira; perguntou se será um núcleo urbano consolidado através do REURB ou será uma extensão contemplando os bairros acima, do lado esquerdo. O dr. Riani disse que será tudo à esquerda e as coordenadas são as que estão no artigo do projeto de lei. O Vereador Demétrius disse que Rio Pomba não tem o plano diretor e perguntou se há um parecer a respeito da Lei 6.766. O dr. Riani disse que se basearam especialmente na Lei 13.465 que fala da regularização fundiária. O Vereador Demétrius disse que existem dois projetos, um tratando do Panorama, no qual tem interesse por favorecer propriedades de seus familiares, podendo ele até ser suspeito para votar, entretanto, existe a questão do REURB e perguntou se a forma adotada para o Distrito 2 poderia ser usada para o bairro Panorama. O Dr. Riani disse que são duas situações distintas, pois o núcleo urbano está envolvendo uma área industrial e comercial e se tratar de algo menor, ao passo que o Panorama envolve outras situações que precisam ser regularizadas, unindo-se então o útil ao agradável. O Vereador Demétrius disse que gostaria de ouvir do dr. Riani se existe a possibilidade de utilizar o REurbS no Panorama, contemplando apenas aquela localidade; disse que tem divergências com relação ao projeto mas não irá segurá-lo por causa dos moradores. O Vereador Jorge disse que a extensão é mais solidária com o crescimento do município. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, sendo que o Plenário o aprovou unanimemente. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Obras. Ambas as comissões se manifestaram pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.971/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Os Vereadores se congratularam com os moradores e com o sr. Prefeito pelos benefícios que o loteamento receberá após tantos anos de espera. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.973/2022, do Executivo: “Cria núcleo urbano no município de Rio Pomba e dá outras providências. Registre-se a presença do

exmo. sr. Júlio Delgado, Deputado Federal. O Vereador Maurílio Rodrigues perguntou se o núcleo envolverá o terreno todo e o sr. Presidente respondeu que sim. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, sendo que o Plenário o aprovou unanimemente. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Obras. Ambas as comissões se manifestaram pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.973/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente perguntou ao sr. Prefeito, Reginaldo Furtado, presente no recinto, se o mesmo já poderia sancionar a lei imediatamente, quando então o exmo. sr. Prefeito adentrou o plenário e sancionou os dois projetos aprovados, sendo aplaudido pelo público presente. Na oportunidade, o sr. Prefeito usou a palavra para agradecer o reconhecimento da Câmara da oportunidade de se urbanizar o loteamento Panorama e falou sobre os melhoramentos que o poder público dará àqueles moradores. Também usou a palavra o exmo. sr. Deputado Federal, Júlio Delgado, que falou sobre as contribuições do seu mandato federal ao município de Rio Pomba; elogiou o gesto da Câmara aprovar e o Prefeito imediatamente sancionar a lei; discorreu sobre as formas dos deputados federais auxiliarem os municípios direta e indiretamente; disse que a dignidade chegará aos moradores do loteamento Panorama porque o recurso já está em conta e se não forem suficientes poderão ser conseguidos mais. O Vice-Prefeito, Wellington Ferreira, também se manifestou elogiando a pessoa do Prefeito Reginaldo, frágil aparentemente mas dotado de grande força interior, e também ao Deputado Júlio Delgado. Seguiu tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. O autor solicitou ao Presidente que verifique o prazo sobre este projeto. O sr. Presidente informou que irá verificar o prazo que cabe às comissões e se não houver o parecer irá nomear um relator *ad hoc*. O sr. Presidente comunicou que o Executivo enviou o Projeto de Lei nº 1.959/2022-Substitutivo nº 01, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “**VIVER BEM**” e dá outras providências. O mesmo seguiu tramitando e teve a leitura dispensada pelo Plenário, sendo encaminhado às Comissões de Legislação, Assistência e Finanças; o sr. Presidente disse que poderá ser feita reunião com assessores do Executivo para explanar o assunto tratado. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.960/2022, do Executivo: “Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Rio Pomba – REFIS 2022 e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.966/2022, da Mesa Diretora: Institui o Vale Feira aos servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Ambos já estão encaminhados às comissões permanentes. A seguir, o sr. Presidente anunciou o recebimento do Projeto de Lei nº 1.970/2022, do Executivo: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. O mesmo teve a sua leitura dispensada pelo Plenário e permaneceu tramitando, ficando aberto o prazo regimental de quinze dias para emendas. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.972/2022, do Executivo: “Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal 1.418/2021 que institui a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública.” O sr. Presidente informou que o Executivo pediu urgência mas deixará o projeto em

tramitação porque quer analisar a sua redação. O Vereador Maurílio disse que ia pedir o regime de urgência. O Vereador Demétrius disse que todos que foram cobrados indevidamente têm direito à restituição em dobro. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência e o mesmo foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente disse que deseja buscar informações esclarecedoras. A pedido do Vereador Maurílio, estando presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Sérgio Mota, Secretário de Agricultura, para falar sobre o projeto da Feira Livre, com a permissão plenária. O Secretário de Agricultura, Sérgio Antônio Mota Furtado, prestou as informações e respondeu a questões dos vereadores. O projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às Comissões de Legislação e Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.974/2022, do Vereador Frederico Senra Condé: Institui o Fundo Penitenciário do Município de Rio Pomba – FUNPEN, e dispõe sobre o Conselho Municipal Penitenciário – CONPEN. O autor falou sobre os objetivos do projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às Comissões de Legislação e Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 33/2022, do Executivo: “Concede isenção da Taxa de Alvará de localização e funcionamento Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos – TFE e da Taxa de Fiscalização de Anúncios – TFA ao Microempreendedor Individual – MEI.” Presente no recinto, o sr. Presidente convidou a falar sobre o projeto o Dr. Luís Gustavo Riani, assessor jurídico do Executivo. Após, conforme solicitação do autor do projeto, o Plenário aprovou o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas as comissões se manifestaram pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 33/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 357/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na Câmara Municipal a ação denominada Pequeno Expediente. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 358/2022, da Mesa Diretora: Revoga dispositivos da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, referentes aos livros obrigatórios da Câmara. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o remeteu para análise da Comissão de Legislação. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Resolução nº 359/2022, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Os Vereadores Demétrius e Rafael falaram sobre o projeto. Também ingressaram como autores os Vereadores Rafael V. Martins e Frederico S. Condé. O sr. Presidente determinou a sua tramitação, solicitou o parecer jurídico da Câmara e o encaminhou para a Comissão de Legislação (o Vereador Demétrius foi substituído pelo Vereador Hedilberto; o Vereador Rafael foi substituído pelo Vereador Gladstone). Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 18, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informação sobre o Museu Histórico de Rio Pomba. O autor falou sobre o motivo do seu requerimento. O Vereador Demétrius também se manifestou sobre a questão turística. Votado, o Requerimento nº 18 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 19, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informação sobre a obra de construção de muro no cemitério. O autor falou sobre o

motivo do seu requerimento e citou o furto de material do local. Votado, o Requerimento nº 19 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 97-2ª edição: instalação de parques infantis em praças públicas; 2) Indicação nº 373: carga e descarga na Rua Cel. Antônio Pedro; 3) Indicação nº 374: passagens elevadas para pedestres no local que menciona; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 125-2ª edição: iluminação de LED na cidade; 2) Indicação nº 367: galeria fluvial à Rua Péricles de Queiroz; 3) Indicação nº 368: instalação de relógios de rua em parceria com empresas; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 370: reforma de passeio nas imediações do Ginásio; 2) Indicação nº 371: tapamento de buraco à Rua Pedro Lopes dos Reis; 3) Indicação nº 372: nivelamento da sarjeta em trecho da Rua Dr. Bruno José Gonçalves; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 366: providências na estrada de São Lourenço; 2) Indicação nº 369: providências na estrada de Ferraz. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Conforme previamente requerido, o sr. Presidente convidou o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho, a apresentar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA 2021. A apresentação se deu pessoalmente pelo Secretário, Jair, que passou aos vereadores cópia do material impresso. Houve perguntas e comentários dos vereadores. Às vinte horas e quarenta e sete minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. Isto porque estão sendo aguardadas informações complementares sobre o assunto. No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas do dia seis de junho de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação atas das sessões anteriores (18 de abril e 02 de maio). Ambas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente comunicou que na próxima sessão haverá audiência pública para discussão da LDO 2023 e também para apresentação do relatório da LRF sobre o 1º quadrimestre de 2022. O sr. Presidente disse que ficaria tramitando para análise das comissões o Projeto de Lei nº 1.959/2022-Substitutivo nº 01, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “**VIVER BEM**” e dá outras providências. O sr. Presidente disse que as comissões desejam fazer reunião com a assessoria jurídica do Executivo e consultou o Plenário a respeito do pedido de urgência especial do Executivo, colocando-o em votação e salientando que o projeto ficará tramitando. Votaram a favor do regime de urgência os Vereadores: Maurílio R. Reis, Gladstone R. Silva, Demétrius C. Oliveira, Ivan F. Martins, Paulo H. Silva e Frederico S. Condé. Votou contra o Vereador Rafael Vilela Martins. Desta forma, o pedido de urgência foi aprovado por 06 (seis) votos. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.960/2022, do Executivo: “Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Rio Pomba – REFIS 2022 e dá outras providências”; b) Projeto de Lei nº 1.970/2022, do Executivo: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. Este último foi enviado pelo sr. Presidente à Comissão de Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.975/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina via com o nome do Comendador Luciano Rangel de Azevedo. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou à Comissão de Legislação. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 359/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Foi lido o Projeto de Resolução nº 360/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Insere dispositivo à Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, criando a Tribuna Livre. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para a Comissão de Legislação, substituindo o Vereador Rafael pelo Vereador Gladstone e o Vereador Demétrius pelo Vereador Hedilberto. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 20, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre a existência de mata-burros com vão central. O autor falou sobre a questão que envolve o seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 21, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre recolhimento de INSS da Juventude Ativa. O autor falou sobre o objetivo do seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 22, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre cumprimento de

contratos de comodato ou similares. O autor falou sobre o objetivo do seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lida a Moção nº 02, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos pelos 60 anos de inauguração da Escola Agrícola de Rio Pomba. O autor falou sobre a data comemorativa em questão e a importância do IF Rio Pomba. Votada, esta moção foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 377: reforma urgente na UBS Dr. Romeu Vidal; 2) Indicação nº 380: criação de áreas de segurança escolar; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 375: extensão de iluminação pública nas imediações do Loteamento Premier; 2) Indicação nº 376: passagem em ônibus urbano para os estudantes do Instituto Federal; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 381: limpeza no alto do bairro *Estação*; 2) Indicação nº 382: restrição de estacionamento na parte alta do Distrito Industrial; 3) Indicação nº 383: providências às margens da Av. do Contorno, próximo ao bairro Rosa Mística; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 183-2ª edição: providência em rede pluvial do bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 378: reforma de pontes na Jalapa; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 139-2ª edição: extensão de rede elétrica e iluminação pública no Panorama; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 379: providência em bueiro na esquina da Travessa Raimundo Furtado. O Vereador Demétrius sugeriu que seja feita uma indicação com o nome de todos os vereadores denominando o espaço de leilões do parque de exposições com o nome do falecido Moacir. O Vereador Ivan Ferreira Martins apresentou o Requerimento nº 23: Requer o comparecimento do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jair de Paula Coelho, perante o Plenário da Câmara Municipal na próxima sessão ordinária, a fim prestar esclarecimentos sobre o uso de veículo da Secretaria de Saúde com a finalidade de transportar jogador de futebol da cidade de Rio Pomba para o Rio de Janeiro. O autor se pronunciou sobre reclamações a ele encaminhadas e disse que seu requerimento nada tem contra o Presidente do Pombense Esporte Clube, mas visa possibilitar que a população tenha o seu direito à informação atendido pelo possível desvio de finalidade do veículo da saúde. O Vereador Rafael disse entender o pedido mas perceber haver também uma via particular no mesmo; disse que o Pombense colocou um time profissional representando a cidade num campeonato de visibilidade com pouquíssimos incentivos, e ainda vir a sofrer perseguição política por pessoa que diz valorizar o esporte no município, pessoa essa autointitulada “fiscal”, atrapalha o esporte municipal e o deixa indignado; agradeceu ao Prefeito Reginaldo, ao Vice-Prefeito Netto e ao Secretário de Esportes Francis por não terem negado o transporte. O Vereador Ivan disse que não há perseguição por parte de sua pessoa e que a Câmara tem a obrigação de representar a população quando recebe uma denúncia. O Vereador Demétrius disse que recebeu reclamação de várias pessoas, que ligou para o Vereador Rafael, mas não disse que não faria requerimento, apenas manifestou o seu entendimento diante da justificativa apresentada; disse que a responsabilidade é do gestor que indicou o veículo a ser utilizado no transporte dos jogadores. O Vereador Rafael disse que o município sempre deu apoio às diversas modalidades esportivas do município em suas necessidades de transporte intermunicipal. O Vereador Ivan disse que o

requerimento é direcionado ao Secretário de Saúde e não ao Pombense Esporte Clube, e que ele (Ivan) é favorável ao apoio da Prefeitura na concessão do transporte. O Vereador Gladstone disse entender que as explicações devem partir da Secretaria de Saúde e não do Pombense. Colocado em votação, votaram a favor os Vereadores: Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé, Gladstone R. Silva, Ivan F. Martins, Maurílio R. Reis, Paulo H. Silva. Votou contra o Vereador Rafael Vilela Martins. Portanto, o Requerimento 23 foi aprovado por 06 (seis) votos. O Vereador Maurílio votou a favor mas disse que o requerimento poderia ter optado por informações escritas em vez de convocação. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às dezenove horas e doze minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação de: a) Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. A seguir, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.966/2022, da Mesa Diretora: Institui o Vale Feira aos servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em discussão e disse que os pareceres das comissões permanentes são favoráveis. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.966/2022 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lida a Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 1.972/2022, do Executivo. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Assessora Jurídica da Câmara, dra. Vânia Maria. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.972/2022, do Executivo: “Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal 1.418/2021 que institui a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública.” Os pareceres das comissões permanentes são favoráveis. Votados a Emenda Modificativa e o Projeto de Lei nº 1.972, ambos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.974/2022, do Vereador Frederico Senra Condé: Institui o Fundo Penitenciário do Município de Rio Pomba – FUNPEN, e dispõe sobre o Conselho Municipal Penitenciário – CONPEN. Os pareceres das comissões permanentes são favoráveis. O Projeto de Lei nº 1.974 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 357/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na Câmara Municipal a ação denominada Pequeno Expediente. Com pareceres das comissões permanentes favoráveis. O Projeto de Resolução nº 357 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 358/2022, da Mesa Diretora: Revoga dispositivos da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, referentes aos livros obrigatórios da Câmara. Com pareceres das comissões permanentes favoráveis. O Projeto de Resolução nº 358 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius falou sobre a Copasa cumprir as obrigações contratadas, especialmente citando as interrupções do abastecimento; falou também sobre o procedimento de asfaltamento na cidade; relatou que tem

recebido reclamações sobre a falta de material nas escolas; citou a falta de EPI's para servidores da Prefeitura; disse que pedirá informações sobre a reforma da escola São José, conforme placa que está afixada na entrada da Secretaria de Educação. O Vereador Ivan citou a aplicação precária de asfalto no bairro Nossa Senhora das Graças, fato inaceitável. O Vereador Gladstone disse que o Vereador Hedilberto já oficiou à Copasa sobre a falta de água em Rio Pomba; disse que esteve visitando a Escola Padre Manoel para verificar a ocorrência de obra ao mesmo tempo que acontecem as aulas, pois isso prejudica tanto alunos quanto professoras, ao que soube que nos finais de semana o trabalho de reforma será acelerado. O Vereador Rafael falou sobre problemas causados por um buraco na Pedreira e um bueiro que não está adequado; falou sobre a escala de jogos do Pombense. O Vereador Jorge falou sobre a falta de abastecimento pela Copasa e disse que o Legislativo está atento a isto. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausentes os Vereadores Hedilberto Teixeira e Ivan Ferreira Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o envio de duas respostas a pedidos de informações da Câmara por parte do Executivo (funcionamento do Museu e construção de muro do cemitério); comunicou também que a Emater encaminhou o Relatório Anual de Atividades 2021. Conforme convocação através do Requerimento nº 23, compareceu junto ao Plenário o sr. Jair de Paula Coelho, Secretário Municipal de Agricultura, prestando informações sobre a cessão de veículo municipal para transporte de jogadores de futebol. A seguir, houve a audiência pública para apresentação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, pela contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos, representando o Executivo. Durante a audiência compareceu à sessão o Vereador Hedilberto Teixeira. Após, houve a audiência pública para apresentação do relatório previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (1º quadrimestre de 2022), pela contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos, representando o Executivo. Passando às proposições, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à dispensa de prazos e interstícios de tramitação para apreciação do Projeto de Lei nº 1.975/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina via com o nome do Comendador Luciano Rangel de Azevedo. O Plenário o concedeu pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação e esta se concluiu favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.975/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Especto Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba. O mesmo seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação e de Saúde, e o sr. Presidente solicitou também o parecer jurídico. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.977/2022, do Executivo: “Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente solicitou a manifestação da consultora contábil da Prefeitura, Glória Aparecida, sobre este projeto, e a mesma se manifestou explicitando sobre o projeto e dúvidas do Vereador Demétrius. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência feito pelo autor do projeto, o Executivo. O plenário pela unanimidade dos presentes aprovou o pedido de urgência. Assim, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.977, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Permaneceram tramitando o Projeto de Resolução nº 359/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências; e o Projeto de Resolução nº 360/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Insere dispositivo à Resolução nº

311/2016 – Regimento Interno da Câmara, criando a Tribuna Livre; tendo em vista que a Comissão de Legislação não emitiu o parecer. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 361/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133 para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Câmara Municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo. Presente no recinto, a Consultora Contábil da Câmara, Glória Aparecida, pronunciou-se sobre os objetivos da proposição. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à dispensa de prazos e interstícios de tramitação para este projeto, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente a seguir solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação sobre este projeto. A comissão, por unanimidade, manifestou-se pela sua legalidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 361, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 123: criação da Feira da Lua; 2) Indicação nº 134-2ª edição: energia fotovoltaica nos prédios públicos; 3) Indicação nº 155-2ª edição: reforma e adequação das calçadas pertencentes ao município; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 387: melhoria da iluminação pública na Vila Araújo; 2) Indicação nº 390: mudança de ponto de espera pelo transporte da saúde; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 385: limpeza das margens da Av. Prof. José Marcelino e abertura de acostamento; 2) Indicação nº 386: muro de contenção na Rua Gerardo Marini e na Rua Pedro Lopes dos Reis; 3) Indicação nº 389: melhorias no campo de futebol do Canto do Rio; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 384: substituição de escada por rampa de acesso na capela mortuária; 2) Indicação nº 388: convênio com a COHAB – MG para fins de moradias populares; e) Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: 1) Indicação nº 042-2ª edição: manutenção das escolas rurais do Monte Alegre e Candongas. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou dois requerimentos, os quais foram lidos: a) Requerimento nº 24: Requer informações sobre o acidente ocorrido com o veículo do conselho tutelar.; b) Requerimento nº 25: requer informações sobre as obras realizadas nas escolas municipais. O autor comentou sobre os objetos dos pedidos de informações. O Vereador Hedilberto disse que a partir de hoje não votará favorável a requerimentos que tenham caráter “polítiqueiro”, não se tratando dos apresentados hoje, pois muitas vezes as informações podem ser obtidas indo até a Prefeitura ou no Portal da Transparência. O Vereador Demétrius disse que seus requerimentos têm objetivos claros, podendo até mesmo os assuntos serem encaminhados ao Ministério Público. O Vereador Hedilberto Teixeira assinou como coautor o Requerimento nº 24. Votados, os dois requerimentos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. Às vinte horas e doze minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.970/2022, do Executivo: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. O parecer foi pela aprovação do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.970/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.952/2022, dos

Vereadores Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Gladstone Roncalli da Silva: Cria o horto florestal municipal e dá outras providências. As comissões já emitiram os pareceres, todos contrários ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 1.952 foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando favoráveis os Vereadores Gladstone Roncalli da Silva e Hedilberto Teixeira. O Vereador Demétrius justificou seu voto e o Vereador Jorge falou sobre a possibilidade de se estabelecer convênio com o IF. Seguindo a pauta, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.959/2022-Substitutivo nº 01, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “**VIVER BEM**” e dá outras providências. O Vereador Rafael manifestou a intenção de apresentar emendas. O Vereador Hedilberto falou da possibilidade de se convocar sessão extraordinária e o Vereador Demétrius lembrou que o prazo para a Câmara apreciar projetos em regime de urgência é de 45 dias. A seguir, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.960/2022, do Executivo: “Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Rio Pomba – REFIS 2022 e dá outras providências”. O Vereador Demétrius comentou sobre o projeto. Ambas as comissões se pronunciaram favoráveis ao mesmo. Então, o sr. Presidente colocou o citado projeto em discussão. Após, o Projeto de Lei nº 1.960 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Por estar aguardando informações, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. Com a permissão plenária, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis se retirou da sessão por estar sentindo-se mal. No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e vinte minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura da Emenda 01 – Modificativa, da Comissão de Legislação. Após, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.959/2022-Substitutivo nº 01, do Executivo: Cria o Programa Municipal de Reforma Habitacional denominado “VIVER BEM” e dá outras providências, já com os pareceres favoráveis das comissões permanentes. O Vereador Rafael falou sobre as emendas. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em seguida, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.959/2022-Substitutivo nº 01, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.978/2022, do Executivo: “Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo”. O sr. Presidente elogiou a iniciativa do sr. Prefeito de aproximar o Sindicato dos Produtores Rurais da exposição agropecuária; comentou também sobre a realização de infraestrutura na recém denominada Av. Luciano Rangel de Azevedo. A seguir, presente no recinto, os sr. Presidente concedeu a palavra ao Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.978/2022. O sr. Vice-Prefeito explanou sobre o projeto e respondeu às questões apresentadas pelos Vereadores. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, conforme solicitado pelo autor do projeto. Pela unanimidade dos presentes o Plenário aprovou o regime de urgência. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.978/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (23/maio e 06/junho). Ambas foram aprovadas por unanimidade. Foi lido convite dos Alcoólicos Anônimos. O sr. Presidente comunicou o envio de duas respostas a pedidos de informações da Câmara por parte do Executivo (pontos comerciais na Praça Alcides M. Macedo e acidente com veículo do Conselho Tutelar). O sr. Presidente pediu cautela aos vereadores para as vedações do período eleitoral no que diz respeito à propaganda político-partidária durante as sessões. O Vereador Ivan citou que recentemente a Câmara se tornou praticamente um palanque eleitoral durante uma das sessões. Foi apresentada a justificativa da falta do Vereador Ivan Ferreira Martins à sessão de 20/06/2022, a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou o envio pelo Tribunal de Contas do Estado do processo de prestação de contas do Executivo Municipal do ano de 2020 para julgamento pela Câmara; o sr. Presidente enviou o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas com o prazo de sessenta dias. Seguindo na pauta, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Especto Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba. O sr. Presidente pediu que as comissões tragam os pareceres na próxima reunião. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.979/2022, do Vereador Rafael Vilela Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que Institui a Criação do Auxílio-Esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências, incluindo o transporte de atletas. O sr. Presidente enviou o projeto para análise das Comissões de Legislação (Rafael foi substituído por Hedilberto), Educação e Finanças (Rafael foi substituído por Hedilberto). O autor falou sobre o objetivo do projeto e disse que quanto mais rápido for votado o projeto se estará resolvendo uma pendência no esporte. O Vereador Ivan também se manifestou favoravelmente à votação em caráter de urgência, assim como o sr. Presidente. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. As três comissões se pronunciaram favoráveis ao projeto. A seguir, o Plenário concedeu o regime de urgência especial para a proposição. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.979/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.980/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, manifestou sobre o projeto o Dr. Luís Gustavo Riani, representando o Executivo. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças e esta se manifestou favoravelmente ao projeto. Mediante consulta do sr. Presidente, o Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 1.980/2022 foi aprovado por unanimidade.

Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 211/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (Beatriz de Melo Martins), já com parecer favorável da comissão avaliadora. Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 211 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, seguiram tramitando: a) Projeto de Resolução nº 359/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Resolução nº 360/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Insere dispositivo à Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, criando a Tribuna Livre. Ambos estão sujeitos à análise da Comissão de Legislação e o Vereador Hedilberto manifestou a intenção de apresentar emenda. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou três requerimentos, os quais foram lidos: a) Requerimento nº 26: requer informações sobre acidente ocorrido com máquina da Prefeitura; b) Requerimento nº 27: requer informações sobre o Fumpac; c) Requerimento nº 28: requer informações sobre a retirada de equipamentos da Praça de Esportes. O autor comentou sobre as motivações dos requerimentos. Votados, um de cada vez, os três requerimentos foram aprovados por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 211-2ª edição: reparos e revitalização da Praça Dr. Último de Carvalho com recursos do FUMPAC; 2) Indicação nº 394: piso salarial dos agentes de saúde e de combate às endemias; 3) Indicação nº 396: treinamento em primeiros socorros na rede municipal de ensino; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 391: cascalhamento de morro nas Candongas; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 392: construção de trevo de acesso ao bairro Lindo Vale; 2) Indicação nº 395: corrimão nas escadas do Espaço Clymene de Queiroz; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 393: asfaltamento da Av. Palmeira Imperial na sua parte íngreme; 2) Indicação nº 397: sinalização da comunidade da Serrinha; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 398: veículo coletivo para a Secretaria de Esportes; 2) Indicação nº 399: providência na Rua Ângelo do Carmo; f) Vereadores: 1) Indicação nº 401: denominação de espaço público com o nome de Moacir Teixeira Lopes. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Pronunciaram-se os Vereadores Demétrius, Hedilberto, Rafael e Gladstone. Às dezenove horas e dezessete minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”; enquanto se aguardam informações. No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e seis minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Vice-Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que comunicou o envio de resposta a pedido de informação da Câmara por parte do Executivo (recolhimento do INSS do Programa Juventude Ativa). Seguiu tramitando o processo de julgamento das contas do Executivo do exercício de 2020, estando o processo com a Comissão de Finanças e no prazo para manifestação do gestor. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Especto Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba. A seguir foi lido o Projeto de Lei nº 1.981/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre a autorização da criação da “Lei Lucas” estipulando que escolas, creches e berçários, públicos ou particulares, proporcionem a capacitação em atendimento de primeiros socorros no município de Rio Pomba-MG e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das comissões de Legislação, de Educação (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Rafael) e de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.982/2022, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina via com o nome de Marina Furtado Marotta. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Vice-Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (o Vereador Demétrius foi substituído pelo Vereador Hedilberto). Então, submetido à votação Plenária, o Projeto de Lei nº 1.982 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.983/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Institui o mês “Julho Verde” no município de Rio Pomba e dá outras providências. O autor falou sobre os objetivos do seu projeto e foi parabenizado pelo Vereador Gladstone. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das comissões de Legislação, de Saúde (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Demétrius) e de Finanças. Continuando os trabalhos foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre destinação de mataburro. O autor falou sobre o seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 29 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 400: edificação da Praça Vereador Joaquim da Mota Campos; 2) Indicação nº 405: investimento em mobiliários urbanos; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 408: abrigo de passageiros na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 409: manutenção da quadra poliesportiva do bairro Rosa Mística; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 404: criação do Festival Gastronômico “Antônio Fábio da Costa”; 2) Indicação nº 406: disponibilização de cadeira de rodas na capela mortuária; 3) Indicação nº 407: cascalhamento e patrolamento na comunidade do Retiro; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 226-2ª edição: urbanização do acesso entre a Rua José Paulo de Miranda e a Av. Flamboyant; e) Jorge L. M. Soares e Gladstone

R. Silva: 1) Indicação nº 075: revitalização da Praça da Bíblia. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O Vereador Rafael pediu para que se cobre do Ministério Público e da administração municipal as informações pendentes, pois não são os vereadores que estão segurando o projeto, mas sim a pendência de informações. O Vereador Demétrius pediu que a Presidência da Câmara cobre do Executivo as informações sobre o atendimento do município às condições da doação. Seguindo a pauta, foram lidas as quatro Emendas ao Projeto de Resolução nº 359/2022, da Comissão de Legislação. O Vereador Demétrius disse que a Emenda nº 02 assemelha-se a censura prévia. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou favoravelmente às emendas. Então, o sr. Vice-Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Modificativa, que foi aprovada por 06 (seis) votos dos Vereadores: Maurílio R. Reis, Demétrius C. Oliveira, Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva, Paulo H. Silva e Frederico S. Condé; votando contra o Vereador Rafael V. Martins. O Vereador Demétrius votou a favor mas achou um absurdo reduzir o tempo para inscrição. O Vereador Hedilberto disse que um dos autores do projeto afirmou a pouco tempo que aqui se tornaria uma bagunça se fosse instituído; disse que não se precisa censurar ninguém e nem caberá censura por parte de três vereadores, citando que recentemente um cidadão usou a tribuna sem abrir direito de resposta. O Vereador Gladstone justificou seu voto pela ordem e decência. O Vereador Rafael disse que a tribuna livre precisa de regras para não virar uma bagunça. A seguir, o sr. Vice-Presidente colocou em votação a Emenda nº 02-Modificativa, que foi aprovada por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Maurílio R. Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva; votando contra os Vereadores Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins. O Vereador Demétrius disse que a pessoa que se sentir ofendida tem o direito de buscar o seu direito de resposta e o povo deve ter pleno direito a vir fazer suas reivindicações. Após, o sr. Vice-Presidente colocou em votação a Emenda nº 03-Modificativa, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Por último, o sr. Vice-Presidente colocou em votação a Emenda nº 04-Aditiva, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 359/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Institui a Tribuna Livre na Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, o sr. Vice-Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 360/2022, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Insere dispositivo à Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, criando a Tribuna Livre. Este projeto foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 362/2022, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2023. A seguir, o mesmo foi colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade dos presentes. O Vereador Rafael pediu que se olhe a real necessidade de se contratar um vigia para a sede da Câmara, tendo em vista que

o Legislativo nunca sofreu tentativa de roubos. O Vereador Ivan disse que existe a possibilidade de cancelar essa contratação e investir em equipamentos de segurança. O Vereador Demétrius disse que a população deve ficar atenta ao custo da Câmara, sobretudo com a previsão de gastos com vigia ao custo anual de 150 mil reais; citou que hoje se paga dois mil mensais em aluguel e vai se pagar mais de dez mil com vigia. O Vereador Ivan disse ter a mesma opinião, que o assunto precisa ser discutido entre os vereadores. O Vereador Demétrius disse que as economias da Câmara são devolvidas ao Executivo e podem ser empregadas em benefícios à população. Finalizando as proposições, foi lido o Projeto de Resolução nº 363/2022, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. O Vereador Gladstone disse tratar-se de mera formalidade, o que foi confirmado pela Dra. Vânia Maria, assessora jurídica da Câmara. A seguir, o mesmo foi colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade dos presentes. No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (20/junho e 08/julho). Ambas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo enviou respostas a pedidos de informações da Câmara sobre equipamentos do CIEL, INSS do Pró-Adolescente e danos em veículos de terceiros. Foi submetida à votação Plenária a justificativa da ausência do sr. Presidente à sessão de 15/08/2022, a qual foi aceita por unanimidade. Seguiu tramitando o processo de julgamento das contas do Executivo do exercício de 2020. Seguiram tramitando por estarem aguardando a análise das comissões: a) Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Especto Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba; b) Projeto de Lei nº 1.981/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre a autorização da criação da “Lei Lucas” estipulando que escolas, creches e berçários, públicos ou particulares, proporcionem a capacitação em atendimento de primeiros socorros no município de Rio Pomba-MG e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.983/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Institui o mês “Julho Verde” no município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou que as comissões emitam os pareceres. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.984/2022, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Denomina as vias públicas do Loteamento Jardim Bela Vista. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.984/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.985/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Demétrius pediu vistas do projeto tendo em vista que chegou na Câmara sexta-feira e apresenta um valor de 264 mil reais para compra de blocos, mais 312 mil reais para melhoria de drenagem, sem especificar os locais. O sr. Presidente citou os lugares e o Vereador Demétrius disse que quer o detalhamento do que será feito. O Vereador Hedilberto falou que na Rua Péricles de Queiroz serão gastos mais de 200 mil reais novamente em uma obra feita há uns quatro anos; disse ser uma boa hora para esta Casa pedir informações pela obra anterior realizada; disse esperar que se faça agora uma obra de qualidade. O Vereador Demétrius disse que o Vereador Hedilberto tem razão e perguntou se todos os valores serão gastos na citada obra. O Vereador Hedilberto disse ser necessário observar que o projeto traz outras áreas abrangidas na área da saúde. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva e Jorge

Luís Martins Soares (desempate); votando contra os Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins. O Vereador Demétrius disse que o projeto envolve áreas diversas e não quer segurar o quesito da saúde e sugeriu que a Prefeitura envie separadamente o que tratar da área da saúde. O sr. Presidente determinou a tramitação do projeto em atendimento ao pedido de vistas do Vereador Demétrius. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.986/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, o Dr. Luís Gustavo D'Avila Riani falou sobre o projeto representando o Chefe do Poder Executivo. O Vereador Demétrius sugeriu que o Executivo separe os assuntos da saúde dos demais, como obras, para agilizar a tramitação dos projetos. O sr. Presidente disse que pode oficiar ao Executivo solicitando essa separação e que hoje se tem uma facilidade da vinda dos técnicos à Câmara prestar informações. O Dr. Riani disse que o projeto está abrindo os recursos orçamentários mas não significa que os valores serão efetivamente gastos, cabendo ao Legislativo fazer o acompanhamento da execução orçamentária, mas que são importantes tanto a saúde quanto as obras. O Vereador Demétrius disse que são coisas distintas e está sugerindo a separação no projeto de lei, salientando que nunca segurou nada do Executivo. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.986/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.987/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, o Dr. Luís Gustavo D'Avila Riani falou sobre o projeto, representando o Chefe do Poder Executivo. O Vereador Demétrius fez votos para que a administração compre o básico para os cuidados com a saúde, como gaze. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.987/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.988/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Demétrius parabenizou o Prefeito Reginaldo e os membros da Aaparp pelo trabalho realizado em parceria. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.988/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.989/2022, do Executivo: Concede isenção e remissão total do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU para os proprietários de imóveis atingidos pelas temporadas das chuvas torrenciais ou catástrofes ambientais no Município de Rio Pomba. Presente no recinto, o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira

de Souza, falou sobre o projeto e a situação das famílias que tiveram casas atingidas ou comprometidas com falta de drenagem, fossas sépticas etc. Os Vereadores Hedilberto e Demétrius fizeram comentários e perguntas. O Vice-Prefeito teceu comentários também sobre os atendimentos pelas unidades de saúde. O Vereador Demétrius disse que a falta de material tanto na educação quanto na saúde, são reais e do conhecimento de outros vereadores. O sr. Presidente, em nome da Mesa Diretora, colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e Finanças, as quais opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.989/2022, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir foi lido o Projeto de Lei nº 1.990/2022, do Executivo: Estabelece procedimentos administrativos para ressarcimento de danos causados pelo ente da administração pública municipal de Rio Pomba, MG. O Dr. Luís Gustavo D'Avila Riani falou sobre o projeto, representando o Chefe do Poder Executivo, havendo a participação do Vereador Demétrius com comentários e perguntas. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das Comissões de Legislação e de Finanças, assim como da assessoria jurídica da Câmara. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.991/2022, do Executivo: Dispõe sobre novas regras para concessão de pensão por morte e dá outras providências. O Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, representando o Sindicato dos Servidores Municipais, falou sobre o projeto, inclusive manifestando intenção de sugerir uma emenda; assim como o Dr. Luís Gustavo D'Avila Riani, representando o Chefe do Poder Executivo. Os Vereadores Demétrius e Rafael comentaram. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das Comissões de Legislação, de Assistência e de Finanças. Após, foi lido o Requerimento nº 30/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre soltura de fogos de artifício. O autor falou sobre seu requerimento e lamentou a soltura de fogos de artifício. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 31/2022: Requer informações sobre a prestação de serviços de engenharia, e o Requerimento nº 32/2022: Requer informações sobre a queima de fogos de artifício. O autor falou sobre o requerimento 32, assim como os Vereadores Rafael e Hedilberto. O autor falou sobre o requerimento 31 e abordou falhas na construção de rampas de acessibilidade nas calçadas, assim como a demora na expedição do alvará de construção. Colocados em votação um por vez, ambos foram aprovados por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 266-2ª edição: revitalização da sinalização regulamentadora de trânsito na cidade; 2) Indicação nº 403: edificação da Praça Governador Milton Campos; 3) Indicação nº 414: manutenção preventiva dos veículos municipais; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 113-2ª edição: manutenção de passeios e bocas de lobo no alto do trevo; 2) Indicação nº 205-2ª edição: calçamento e rede elétrica no final do bairro Santa Isabel; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 410: repintura de faixa de pedestres, Jardim América; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 411: redimensionamento da passagem de água no Bomjardim de Baixo; 2) Indicação nº 412: pesquisa junto à população

sobre distribuição de cestas básicas ou leite de soja/vaca; 3) Indicação nº 413: criação do Projeto Bom de Escola – Bom de Sela. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público, destacando-se a soltura de fogos de artifício e a comemoração do “dia dos pais” na rede de ensino municipal com a substituição da expressão “dia dos pais” por “dia de quem cuida de mim”, algo que causou desconforto em várias famílias. Um representante da AAPARP – Associação dos Amigos e Protetores dos Animais, autorizado pelo Plenário, pronunciou-se sobre a soltura de fogos e outros assuntos. O Vice-Prefeito, Wellington F. Souza, também com autorização do sr. Presidente, manifestou-se sobre diversos assuntos (queima de fogos, fiscalização de obras de acessibilidade urbana, termos e expressões usados nas escolas, aquisição de material para as diversas secretarias, apoio da administração no senso demográfico do IBGE, realização do 07 de setembro, inexistência de alvarás de construção pendentes). O sr. Presidente elogiou a premiação em dinheiro e equipamentos aos participantes da exposição agropecuária e o grande sucesso que foi o evento deste ano. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e treze minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Ivan Ferreira Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Espectro Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba. A seguir, havendo o parecer verbal favorável das Comissões de Legislação, de Educação (Hedilberto foi substituído por Rafael) e de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone), a respeito do Projeto de Lei nº 1.981/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre a autorização da criação da “Lei Lucas” estipulando que escolas, creches e berçários, públicos ou particulares, proporcionem a capacitação em atendimento de primeiros socorros no município de Rio Pomba-MG e dá outras providências; o sr. Presidente o colocou em votação e obteve-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, havendo o parecer verbal favorável das Comissões de Legislação, de Educação (Hedilberto foi substituído por Rafael) e de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone), a respeito do Projeto de Lei nº 1.983/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Institui o mês “Julho Verde” no município de Rio Pomba e dá outras providências; o sr. Presidente o colocou em votação e obteve-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Continuando a pauta, havendo o parecer verbal favorável da Comissão de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone), a respeito do Projeto de Lei nº 1.985/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo; o sr. Presidente o colocou em votação e obteve-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, havendo parecer jurídico pela legalidade, o qual foi lido; havendo o parecer verbal favorável das Comissões de Legislação e de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone), a respeito do Projeto de Lei nº 1.990/2022, do Executivo: Estabelece procedimentos administrativos para ressarcimento de danos causados pelo ente da administração pública municipal de Rio Pomba, MG; o sr. Presidente o colocou em votação e obteve-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.991/2022, do Executivo: Dispõe sobre novas regras para concessão de pensão por morte e dá outras providências; tendo em vista que o Sindicato dos Servidores Municipais irá apresentar proposta de emenda. Houve comentários de vereadores sobre o objetivo desse projeto. O Vereador Hedilberto pediu ao sr. Presidente urgência nesse assunto porque tem famílias dependendo do benefício. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.992/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do art. 1º da Lei nº 1.704/2020 que Cria o Programa Municipal de Controle Populacional, Ético e Humanitário de cães e gatos no Município de Rio Pomba/MG e dá outras providências Ai Ki Cão. O autor comentou sobre os objetivos do projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação,

de Defesa Animal e de Finanças. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.993/2022, dos Vereadores Paulo H. Silva e Frederico S. Condé: Declara de utilidade pública a Associação de Mulheres de Rio Pomba. O sr. Presidente convidou e a Presidente da Associação, Prof^a Madalena, usou a palavra para falar sobre a entidade. O Plenário concedeu o regime de urgência para a proposição. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.993, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Frederico pediu que o Executivo já disponha a subvenção social para 2023 à entidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.994/2022, dos Vereadores Paulo H. Silva e Hedilberto Teixeira: Declara de utilidade pública a Casa de Cultura Afro Brasileira Ilê Asé Omo Odé. O Vereador Hedilberto, um dos autores, manifestou-se em apoio a este projeto e disse contar que o Executivo já lhe destine subvenção, assim como a Câmara estará aberta a toda entidade que se proponha a ajudar a população. O Vereador Rafael citou documentário que explana sobre o funcionamento de uma associação; disse que teria prazer em assinar o projeto se tivesse sido procurado pelos membros. O Vereador Demétrius também apoiou o projeto e reconheceu o trabalho prestado pela associação. Nenhum membro da entidade desejou usar a palavra. O Plenário concedeu o regime de urgência para a proposição. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação opinou favoravelmente ao projeto (o Vereador Paulo foi substituído pelo Vereador Gladstone). Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.994/2022, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.995/2022, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a conceder bônus excepcional a profissionais da educação básica integrantes do quadro ativo de pessoal do município de Rio Pomba e dá outras providências. A Dra. Kuisa Araújo, representando o Chefe do Executivo, falou a respeito desse projeto. Houve manifestações favoráveis ao projeto por alguns vereadores. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestar, as Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone) opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.995/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.996/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Rafael Vilela falou sobre as necessidades do Esporte Clube Canto do Rio, associação que está sendo contemplada nesse projeto. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças (Ivan foi substituído por Gladstone) opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.996/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.997/2022, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos e lavatórios nas feiras livres. O autor falou sobre os objetivos do projeto. O Vereador Demétrius disse que os banheiros poderiam ser usados nas

quadras esportivas durante a semana e pelos servidores do setor de obras quando em trabalhos deslocados. O Vereador Hedilberto falou da necessidade de se disponibilizar banheiros quando da realização de festas particulares para evitar que a população use locais indevidos. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise das Comissões de Legislação, de Serviços e de Finanças. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.998/2022, do Vereador Rafael Vilela Martins: Denomina as vias públicas do loteamento Residencial Premier. O autor falou sobre o projeto. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação (Rafael foi substituído por Frederico) opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.998/2022, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 415: construção de um escadão permitindo acesso à Rua Henrique Dias Saraiva (morro do cemitério); 2) Indicação nº 418: brinquedos adaptados para crianças com deficiência; 3) Indicação nº 419: academia inclusiva em praça ou local público; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 420: copiadora para a Secretaria de Saúde; 2) Indicação nº 422: drenagem na Rua Henrique Dias Saraiva e na Praça do Compromisso; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 416: ponte de concreto nos Granatos; 2) Indicação nº 421: serviço de vigia nas unidades básicas de saúde e PSF's; 3) Indicação nº 423: agilização de demandas de tratamento de saúde; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 417: providências na extensão da Rua Pantaleão Mota Couto. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Com autorização plenária, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, José Flávio de Lima, usou a palavra para falar sobre o acúmulo do pedido de exames no Estado e em Rio Pomba. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 01, da Comissão de Finanças: Prestação de Contas da Prefeitura referente ao exercício de 2020 – Aprovação das contas. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2020. Em sequência, o sr. Presidente o colocou em discussão. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O voto do Presidente da Câmara, Jorge Luís Martins Soares, é facultativo conforme art. 43 do Regimento Interno. Desta forma, a prestação de contas do exercício de 2020 (dois mil e vinte), da gestão de Marcos Pascoalino, foi aprovada pela Câmara Municipal. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o envio pelo Executivo das respostas aos pedidos de informações sobre 1) queima de fogos; 2) contratos de engenharia; 3) extrato da conta Fumpac. O Vereador Ivan falou sobre o seu Projeto de Lei nº 1.976/2022. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário; assim como o parecer verbal favorável das Comissões de Legislação e Saúde; o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.976/2022, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Determina como permanente o caráter do laudo que diagnostique o Transtorno do Espectro Autista – TEA e Síndrome de Down no município de Rio Pomba. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.991/2022, do Executivo: Dispõe sobre novas regras para concessão de pensão por morte e dá outras providências. O sr. Presidente disse que aguarda um posicionamento do Sindicato dos Servidores Municipais na sugestão de melhorias ao projeto. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente comentou sobre os objetivos do Projeto de Lei nº 1.992, de sua autoria; pediu que as Comissões de Legislação, de Defesa Animal e de Finanças tragam seus pareceres para a próxima sessão. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.992/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do art. 1º da Lei nº 1.704/2020 que Cria o Programa Municipal de Controle Populacional, Ético e Humanitário de cães e gatos no Município de Rio Pomba/MG e dá outras providências Ai Ki Cão. A seguir, foi lido o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.997/2022, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos nas feiras livres. O autor comentou sobre as modificações feitas no projeto apresentado na sessão anterior e sugeriu que o mesmo seja votado ainda hoje. O Vereador Ivan apoiou a votação do projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Obras e Serviços e de Finanças, sendo que todas se manifestaram pela legalidade do projeto. O Vereador Demétrius citou indicação que fez sobre a colocação de banheiros químicos em outras localidades também. Colocado em votação, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.997/2022 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente voltou ao Projeto de Lei nº 1.992 consultando se as comissões têm condições de emitir o parecer verbal. O Vereador Demétrius esclareceu dúvida sobre o citado projeto. As Comissões de Legislação, de Defesa Animal e de Finanças manifestaram-se favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.992/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.999/2022, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município de exercício de 2023 e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para a Comissão de Finanças. O sr. Presidente comunicou que será realizada audiência pública sobre o mesmo. Também foi lido, enviado para a Comissão de Finanças e seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.000/2022, do

Executivo: Dispõe sobre concessão social às entidades, para o exercício de 2023 e dá outras providências. O Vereador Demétrius lembrou da Associação de Mulheres que ficou fora das subvenções e comentou que poderia ser aumentado os valores das subvenções para as áreas esportiva e cultural. O Vereador Rafael sugeriu que o sr. Presidente ouça a consultora contábil Glória, presente no recinto, para informar sobre o caminho mais fácil para incluir a Associação de Mulheres nas subvenções. A consultora Glória disse que apenas o título de utilidade pública não credencia uma entidade a receber recursos, sendo necessário um rol de documentos e a apresentação de um projeto; disse que a proposta orçamentária pode ser modificada a qualquer momento. O sr. Presidente disse que pode ter sido falta de tempo da diretoria da entidade e que a Câmara está disponível. O Vereador Hedilberto lamentou haver circulado nas redes sociais manifestações contrárias à aprovação do título de utilidade pública a uma entidade. O sr. Presidente disse que inclusive lhe foi atribuído voto, sendo que ele, como Presidente, vota apenas para desempate. O Vereador Ivan sugeriu que as igrejas manifestem à Câmara suas ações sociais diante do precedente aberto. A consultora Glória disse que independente de ser uma entidade religiosa, a entidade precisa ter um cunho social diferente do que o Poder Executivo já faz, ou seja, em complemento às ações do município. O Vereador Demétrius divergiu um pouco da fala da consultora Glória porque existem entidades que atendem até onde a Prefeitura não chega por suas limitações. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.001/2022, da Mesa Diretora: Altera a Lei nº 1.826 que institui o Vale Feira aos servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente comentou sobre o intuito do projeto que é desburocratizar e ampliar ao leque dos feirantes que poderão ser contemplados com o vale-feira. Mediante consulta do sr. Presidente, o Plenário concedeu o regime de urgência especial para este projeto. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Finanças opinaram pela legalidade do projeto. Então, os sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.001/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 33, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre o Programa Máquina Solidária. O autor disse que recebe muitos pedidos de esclarecimentos sobre esse assunto. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius sugeriu o envio de listagem nominal dos atendidos. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 3, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Leonardo Batista Pacheco. Colocada em votação, esta moção foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 4, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Marcelo Ferreira Mendes. Colocada em votação, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 428: acessibilidade e mobilidade urbana; 2) Indicação nº 429: lombofaixas em pontos críticos do município; 3) Indicação nº 430: ampliação da rede pluvial no bairro José Mendonça dos Reis; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 402: encontro de bandas; 2) Indicação nº 424: conclusão do calçamento da Rua Casuarina; 3) Indicação nº 425: asfaltamento de trecho da Rua José Vieira Soares; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 309: abertura de ais escadas no muro da Rua Cel. Luiz Furtado de Mendonça; d) Jorge

Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 427: atualização do valor da feira solidária. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. O sr. Presidente retirou-se da sessão às dezenove horas e trinta e seis minutos por não estar se sentindo bem, assumindo a condução dos trabalhos o Vice-Presidente, Vereador Ivan Martins Soares. Às dezenove horas e quarenta e seis minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. O Vereador Demétrius falou sobre situações acusações levianas por que passa a sua esposa Viviane na condição de professora municipal e citou a sua longa trajetória de secretária municipal de educação. O Vereador Ivan disse que é testemunha da competência da secretária de educação Viviane. O Vereador Gladstone leu ofício do Presidente do Conselho de Saúde convidando os membros da Comissão de Saúde da Câmara a comparecerem a uma de suas reuniões; disse que estará impossibilitado de comparecer por compromisso escolar de seu filho. O Vereador Demétrius disse que tentará comparecer. O Vereador Gladstone disse que a Comissão de Saúde está sempre atenta às questões municipais, inclusive com convocações do Secretário de Saúde. O Vereador Hedilberto lamentou a perda (não reeleição) de três deputados que muito beneficiaram Rio Pomba. O Vereador Rafael Vilela comentou sobre a votação dos candidatos que ele apoiou e sobre os jogos do Pombense Esporte Clube. O Vereador Demétrius falou sobre a atuação do Deputado Dr. Eduardo Barbosa e lamentou sua não reeleição. O Vereador Ivan disse que seu deputado estadual não foi eleito, mas o federal sim e confirmou o apoio futuro a Rio Pomba. O Vereador Gladstone disse que, enquanto Presidente da Comissão de Educação, estará sempre atento às soluções das questões das escolas municipais, e sobre a rede privada lhes é garantida liberdade pela Constituição Federal, mas estará sempre procurando entender o que está acontecendo; citou também sobre a comemoração do dia dos pais na rede municipal deste ano que causou indignações a muitos pais. O Vereador Demétrius se posicionou contrário à retirada do nome “pai” e favorável à inclusão do termo e “responsáveis”, mas sem proibir falar a palavra “pai”. O Vereador Ivan disse que irá propor uma reunião com a Secretária de Educação. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (01 e 15/agosto; 05 e 19/setembro; 03/outubro). Todas foram aprovadas por unanimidade. Passando às proposições, foi lido o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.991/2022, do Executivo: Dispõe sobre novas regras para concessão de pensão por morte e dá outras providências. Foram lidas também: Emenda 01 Aditiva (do Executivo), Emenda 02 Modificativa (Comissão de Legislação) e Emenda 03 Modificativa (Comissão de Legislação). O sr. Presidente disse que a Câmara está analisando a proposição juntamente com o assessor jurídico do Sindicato dos Servidores; solicitou ao dr. Clóvis Quintão Júnior para usar a palavra na condição de assessor jurídico do SINSEMRIP. O dr. Clóvis então usou a palavra dizendo que o projeto vem para proteger o direito das pessoas, em sua maioria sendo favorável aos familiares dos servidores; explicou como se dá o pagamento de pensões aos dependentes de servidores e a forma como o projeto está estabelecendo; disse que ainda existirão situações que serão resolvidas no Judiciário. O sr. Presidente perguntou ao dr. Clóvis se a sua opinião atual é favorável ao projeto de lei como está e posteriormente se buscar a inclusão de alguma emenda. O dr. Clóvis disse ser possível melhorar futuramente e pediu para constar em ata que o entendimento do município para se abrir a distinção de pagamento é que se aplica a reforma da previdência; disse que usará esta ata para buscar o pagamento integral para os aposentados que vierem a óbito posteriormente; disse que o projeto é favorável em vários pontos, sendo possível criticar o pouco que falta ou valorizar tudo aquilo que foi possível obter; disse que, sem a aprovação desse projeto, aqueles aposentados de antes de 2010 que vierem a óbito, sem esta lei, seus dependentes ficarão sem receber nada; sobre o recebimento em valor total, disse ser uma situação a se discutir à parte. O Vereador Rafael disse que é preciso resolver as situações existentes, porém deixando claro que os próximos casos sofrerão os mesmos problemas dos atuais; perguntou quais motivos a Prefeitura alega para arcar somente com os atuais. O dr. Clóvis disse que o argumento do município é estar aplicando a reforma da previdência e não uma questão financeira; o dr. Clóvis disse entender que a reforma da previdência não se aplica nesses casos, enquanto o município entende que se aplica devido à PEC paralela; disse que o Vereador Rafael tem razão sobre o município suportar o pagamento integral já que estava pagando integralmente ao servidor aposentado, pensamento este também do Vereador Jorge. O Vereador Maurílio disse que há muito tempo o projeto está tramitando, e perguntou ao dr. Clóvis a opinião pela votação ou tramitação para novas emendas. O dr. Clóvis disse não poder falar sobre quando ocorrerão novos óbitos mas frisou que se algum aposentado vier a óbito a família ficará sem nada. O Vereador Demétrius disse que o fato gerador é imprevisível (falecimento) e ressaltou que a

questão não ser financeira, mas sim interpretações diferentes entre o sindicato e a Prefeitura; seu posicionamento é pela votação devido à situação dos familiares que estão desamparados atualmente; disse que agora é resolver a situação dos familiares dos servidores falecidos, motivo pelo qual votará a favor, e a lei servirá para um embasamento futuro. O Vereador Ivan disse que o projeto é importante para garantir o direito das famílias e ressaltou que o município não tem problemas financeiros; disse que irá questionar ao representante do Executivo o motivo de terem recorrido à segunda instância judicial; frisou que a situação financeira das famílias é grave; perguntou se o sindicato tem algum parecer para salvaguardar as famílias no futuro. O dr. Clóvis disse que esta ata será importante e a lei sancionada servirá de embasamento. O Vereador Rafael perguntou se é melhor votar hoje ou aguardar para emendar o projeto. O dr. Clóvis disse que a alteração que venha a acarretar despesas ao município poderá ser questionada. Convidado a se pronunciar, o dr. Luís Gustavo D'Ávila Riani, assessor do Executivo, disse que após se filiar os servidores do município ao INSS foi feito um levantamento atuarial e autorizado o município, ocorrendo que uma série de servidores ficou sem reconhecimento por questões diversas, como carência e falta de contribuições; disse que o dr. Clóvis é de muita coragem ao pedir para constar em ata que algum familiar dos aposentados falecidos antes de 2010 não receberão nada da Prefeitura porque isso não é verdade, até porque todos estão recebendo até hoje; disse que o problema atual não foi criado por esta administração e que simplesmente se poderia ficar aguardando a decisão judicial; disse que o município é obrigado a recorrer às instâncias judiciais pela supremacia do interesse público e do recurso de ofício; disse que o último artigo do projeto justamente desobriga o município a recorrer das decisões da primeira instância nessas situações. O Vereador Ivan disse existir uma família que está sem receber. O dr. Gustavo disse que se passaram os Prefeitos Dr. Fernando e Pascoalino, e a atual administração está colocando o dedo na ferida para resolver. O Vereador Demétrius questionou se a culpa é do dr. Fernando em um caso de falecimento ocorrido neste ano. O dr. Gustavo disse que a culpa é do dr. Fernando porque naquele mandato as leis eram feitas nominalmente e não houve interesse dos Prefeitos dr. Fernando e Pascoalino em resolverem a situação como está se fazendo agora, para ficar se “devendo favores”, diferente de agora que está prevalecendo a impessoalidade da lei como regra geral. O Vereador Ivan disse que a situação das famílias desamparadas é de causar sofrimento e não acha correto citar nomes de pessoas que não estão aqui mais. O dr. Gustavo disse que a situação está invertida pois a atual administração está trazendo a situação para ser discutida e resolver a situação, sendo necessário nominar para se defenderem; disse que quem negou a aposentadoria foi o INSS e não a Prefeitura. O dr. Gustavo perguntou se o plenário gostaria de ouvir uma viúva que estava presente e o Vereador Demétrius disse que ela deve ter mais valor do que o dr. Gustavo porque ela contribui com a cidade e o dr. Gustavo não contribui. O dr. Gustavo perguntou se o Vereador Demétrius vai lhe ofender porque era o chefe de gabinete na época e enviava as leis nominais. O sr. Presidente interveio na discussão e disse que a Câmara respeita a dor da viúva mas o público presente não pode falar; disse que o projeto é para resolver a situação dos familiares; disse que o projeto poderá ser emendado posteriormente. O

Vereador Rafael disse entender diferente e querer discutir o projeto. O Vereador Demétrius pediu desculpas ao dr. Riani por ter se exaltado. O dr. Gustavo disse que se trata da Emenda Constitucional 103 ao alterar os arts. 37 e 149 da CF, com afetações aos servidores municipais, havendo um equívoco do dr. Clóvis; disse que o projeto distingue os percentuais atuais e futuros por causa dessa reforma da previdência; e que se for emendado o projeto colocando tudo em cem por cento a administração será obrigada a questionar judicialmente. O Vereador Rafael perguntou se é impossível estabelecer a regra para os futuros casos já que são conhecidos e podem ser enumerados. O dr. Gustavo disse que a mudança pode ser alvo de questionamento tanto pela Prefeitura quanto pelo Ministério Público. O Vereador Rafael perguntou se há possibilidade de se fazer um diálogo com o Ministério Público e o dr. Gustavo disse que não pela impossibilidade das famílias esperarem mais; disse que o projeto sendo votado hoje amanhã mesmo a administração vai começar a tratar o caso das quatro famílias que estão aguardando a via judicial; frisou que foram acolhidas três emendas. O dr. Clóvis disse não se tratar de ter coragem de vir aqui, mas se tratam de divergências e que o judiciário pode ter entendimento diferente; citou a existência da PEC paralela que trata dos estados e municípios na questão previdenciária. O Vereador Hedilberto disse ter sua opinião formada e que a opinião do dr. Clóvis é válida, sendo que o mais importante a se fazer é votar o projeto hoje para atender aos familiares que estão aguardando um direito. O sr. Presidente colocou em votação o regime de urgência especial para a proposição, o que foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestar as Comissões de Legislação, Assistência e Finanças, todas concluíram favoravelmente ao projeto e emendas. Então, o sr. Presidente colocou em votação as três emendas apresentadas, uma por vez, todas sendo aprovadas por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.991/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.999/2022, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município de exercício de 2023 e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.000/2022, do Executivo: Dispõe sobre concessão social às entidades, para o exercício de 2023 e dá outras providências. O sr. Presidente comunicou que haverá audiência pública sobre a proposta orçamentária na próxima sessão. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.002/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O dr. Luís Gustavo Riani falou sobre os objetivos do projeto. O plenário, mediante consulta do sr. Presidente, concedeu o regime de urgência especial para a proposição. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.002/2022, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 05/2022, Vereadores: Moção de aplausos a Bernadete Gaudereto Soares. Os Vereadores Demétrius e Jorge falaram sobre a proposta de homenagem. Votada, a moção foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 06/2022, Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Moção de aplausos a Jorge da Costa Porto Filho. O autor falou sobre o trabalho meritório do seu proposto de homenagem. Votada, a moção foi aprovada por unanimidade. Presente no recinto, a

Secretária Municipal de Educação, Simone Machado Pirozzi, prestou esclarecimentos sobre material didático diante da insatisfação de alguns pais; disse que é material do MEC, foram analisados e não trazem nada que denigre a educação; falou também sobre a nomeação de vinte professoras em caráter efetivo; a Secretária informou também sobre as datas comemorativas alusivas aos dias das mães e dos pais, que a partir do ano que vem será unificado como “dia da família” para evitar constrangimento a muitas crianças. Os Vereadores Demétrius, Gladstone e Ivan dialogaram com a Secretária de Educação. Os membros da Comissão de Educação apresentaram o Requerimento nº 34, ao Executivo, que requer informações atinentes à Educação. O Vereador Demétrius comentou sobre os motivos do requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 432: vigia noturno nos locais que menciona; 2) Indicação 433: correção de empoçamento na Rua Prof. João Batista Santiago; 3) Indicação 434: iluminação das quadras poliesportivas; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação 438: reparos em corrimão; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 435: muro de contenção às margens da MG-133, próximo do Rosa Mística; 2) Indicação 436: parque infantil na Praça Ruy Batista Santiago; 3) Indicação 437: criação do programa “Corredor da Alegria”, atividades recreativas nos bairros; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 431: comemorações dos 38 anos do Curral Bonito. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às vinte horas e trinta e um minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. O Vereador Ivan Ferreira Martins disse que existe um foragido de Rio Pomba de alta periculosidade e questionou ao Executivo os motivos de não haver sido implantado ainda o sistema de vigilância “Olho Vivo”, pois existem recursos orçamentários e o projeto foi feito em conjunto com as polícias e o Ministério Público, inclusive com devolução de recursos da Câmara com essa finalidade. O sr. Presidente disse que irá fazer um convite ao Executivo para que possa se pronunciar sobre o assunto. O Vereador Demétrius falou sobre a forma como procede ao seu mandato de fiscalização do Executivo em resposta a vídeos do Vice-Prefeito. O Vereador Frederico Condé protestou que pessoas tenham coragem de ir na casa de pessoas como o sr. “Rogério carvoeiro” dizer que vereadores estão votando contra projetos, sendo que na verdade os vereadores estão pedindo vistas conforme é de direito; disse ter certeza que se a administração quiser fazer o serviço, existem recursos próprios em caixa; disse que essas pessoas deveriam ter coragem de assumir a sua fala. O Vereador Ivan Martins disse que ocorreu o mesmo com ele. O Vereador Rafael Vilela disse que o rebate do Vice-Prefeito através de vídeos às indicações de vereadores feitas em tom rude são indevidas. O Vereador Demétrius pediu que o sr. Presidente reitere o requerimento sobre gastos com reformas de escolas até hoje não respondido. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que o preconceito é lamentável quando praticado contra as famílias, como situações que ele passou com seu filho, portador de TEA; sobre o que o Vereador Frederico

falou, disse que chegou até ele dizendo que ele (Hedilberto) foi em casas de pessoas levando essa informação; disse que não fez isso, mas não pode esconder fatos para pessoas lhe perguntam. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que convidou o sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, e o Tenente Coronel PM Jovânio Campos Miranda, Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar, a usarem a palavra sobre a implantação do projeto Olho Vivo (monitoramento em vias públicas) na cidade. Houve a prestação de informações pelos convidados e também diante das questões apresentadas pelos vereadores. A seguir, o sr. Presidente colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (17/outubro), a qual foi aprovada por unanimidade. Após, o sr. Presidente deu início à audiência pública para demonstração da proposta orçamentária para 2023. Representando o Executivo esteve usando a palavra a Consultora Contábil Glória Aparecida Rodrigues dos Santos. Os dados foram apresentados em tela e houve a participação dos vereadores. Passando às proposições, permaneceram tramitando para votação na próxima sessão: a) Projeto de Lei nº 1.999/2022, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município de exercício de 2023 e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.000/2022, do Executivo: Dispõe sobre concessão social às entidades, para o exercício de 2023 e dá outras providências; ambos com prazo de cinco dias para emendas. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.003/2022, do Executivo: Dispõe sobre a criação da Escola Municipal Padre Manoel de Jesus Maria. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, foram solicitadas a se manifestar as comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. As três comissões se pronunciaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.003, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.004/2022, do Executivo: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a instituir Servidão Administrativa para passagem de adutora de água pluvial, e dá outras providências. Colocado em votação o regime de urgência especial, o Plenário o concedeu por unanimidade. Após amplo debate sobre o assunto, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.004, o qual foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; votando contrário o Vereador Ivan Ferreira Martins. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.005/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, foi solicitada a se manifestar a comissão de Finanças, a qual se pronunciou favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.005, o qual foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 364, da Mesa Diretora: Denomina

o edifício sede da Câmara Municipal de Rio Pomba (Edifício Vereador Joaquim Nunes Martins). Por unanimidade o Plenário concedeu o regime de urgência especial. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (Rafael foi substituído) a qual concluiu pela legalidade do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 364 foi aprovado por unanimidade, sendo que o Vereador Rafael Vilela Martins absteve-se do voto por impedimento regimental. A seguir, foi lida a Moção nº 07/2022, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos ao Padre Pierre Maurício de Almeida Cantarino. O autor falou sobre sua proposição. Colocada em votação, a Moção nº 07 foi aprovada por unanimidade. Foi apresentado o Requerimento nº 35, dos Vereadores Demétrius, Hedilberto e Gladstone, requerendo informações sobre rescisão contratual com professores. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi apresentado o Requerimento nº 36, requerendo informações sobre previsão de subvenção social para 2023. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes indicações: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 241-2ª edição: manutenção das caixas pluviais da Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 271-2ª edição: providências na extensão da Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 439: recuperação dos ônibus escolares para ampla utilização; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 440: pista para a prática de aerodelismo. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às vinte e uma horas e dez minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o envio de respostas do Executivo relativas à quantidade de professores e aos gastos com reformas de escolas. Passando às proposições, em sequência, foram lidas e aprovadas pela unanimidade dos presentes as seguintes proposições: a) Moção nº 08, do Vereador Hedilberto Teixeira: Aplausos a Isabel Cristina de Faria Panarotto; b) Moção nº 09, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Aplausos à Igreja Assembleia de Deus; c) Moção nº 10, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Aplausos a Fernando Antônio Dutra Macedo; d) Moção nº 11, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Aplausos a Marcos Lodi Ferreira; e) Moção nº 12, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Aplausos a Laércio José Saraiva; f) Moção nº 13, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Aplausos aos funcionários do Lar Lygia Cunha. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.006/2022, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos nas feiras livres. O Plenário concedeu o regime de urgência especial pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestarem, as comissões de Legislação (Demétrius foi substituído por Hedilberto), de Obras (Demétrius foi substituído por Hedilberto) e de Finanças opinaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.006, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 444: melhorias na rede de drenagem e captação de águas na Vila Ernestina; 2) Indicação nº 445: aquisição de tapete de borracha para playground; 3) Indicação nº 446: toldos ou pergolados nas escolas municipais em embarque e desembarque; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 447: inserir a história da Assembleia de Deus Ministério de Madureira; 2) Indicação nº 456: bonificação natalina do auxílio alimentação; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 449: drenagem no Bairro Belvedere; 2) Indicação nº 450: drenagem no bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 451: sistema de drenagem no centro; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 453: manutenção de ponte Bom Jardim de Cima; 2) Indicação nº 454: vistoria na Rua Pedro Lopes dos Reis; 3) Indicação nº 455: ampliação de placa proibindo parar e estacionar; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 442: auxílio municipal para famílias cadastradas no Cras; 2) Indicação nº 443: reparo em passagem de águas com manilhas; 3) Indicação nº 448: brigada municipal contra incêndios e acidentes de trânsito; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 441: instalação de bueiro na Rua Dr. José Campos – Centro; 2) Indicação nº 452: limpeza na Av. Manoel Fernandes. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foram lidas as Emendas ao Projeto de Lei nº 1.999: Emenda nº 01-Modificativa; Emenda nº 02-Aditiva. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças sobre o

Projeto de Lei nº 1.999/2022, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do município de exercício de 2023 e dá outras providências. O parecer foi favorável ao projeto e emendas. Então, o sr. Presidente colocou em votação as emendas ao citado projeto de lei, ambas sendo aprovadas pela unanimidade dos presentes. Então, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.999, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças (Paulo foi substituído por Hedilberto) a respeito do Projeto de Lei nº 2.000, parecer que foi apresentado como favorável. Então, foi lida a Emenda ao Projeto de Lei nº 2.000: Emenda nº 01-Aditiva. Submetida à votação, esta emenda foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.000/2022, do Executivo: Dispõe sobre concessão social às entidades, para o exercício de 2023 e dá outras providências, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências. O autor falou sobre o seu homenageado. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 212 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, do Vereador Rafael Vilela Martins: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências. O autor falou sobre o seu homenageado. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 213 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Ainda na pauta, foi lido o Projeto de Resolução nº 365, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a transferência da sede da Câmara Municipal de Rio Pomba, alterando o Regimento Interno. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação (Demétrius foi substituído por Hedilberto) se manifestou favorável ao projeto. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto ao regime de urgência, pedido que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Submetido à votação, o Projeto de Resolução nº 365 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente propôs ao Plenário a transferência da próxima sessão ordinária para o dia 12 (doze) de dezembro, em função do processo de mudança da Câmara para a sede própria, sendo que o Plenário aprovou a prorrogação pela unanimidade dos presentes. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. Destaca-se a fala do Vereador Gladstone sobre a necessidade do cumprimento da lei municipal que trata da obrigatoriedade do uso de focinheira em cães de grande porte e determinadas raças. O sr. Presidente e o Vereador Ivan comentaram sobre a ausência do Vereador Demétrius que se dá por motivo de Covid, e que foi facultado ao mesmo participar da eleição da Mesa Diretora remotamente, mas que o Vereador Demétrius não está possibilitado de participar. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia desta sessão convocada exclusivamente para a realização da eleição de renovação da Mesa Diretora para o biênio de 2023/2024 (dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro). O sr. Presidente leu trechos do Regimento Interno que disciplinam a eleição. Os Vereadores Ivan e Maurílio apresentaram seus nomes como candidatos à Presidência. Então, o sr. Presidente anunciou que ia iniciar o processo de votação, com chamada pela ordem alfabética, e colocou em apreciação o cargo de Presidente da Câmara. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis recebeu os votos de: Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva. O Vereador Ivan Ferreira Martins recebeu os votos de: Ivan Ferreira Martins e Rafael Vilela Martins. Absteve-se de votar o Vereador Frederico Senra Condé. O Sr. Presidente proclamou eleito “Presidente da Câmara” o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis com 05 (cinco) votos. Em seguida, o sr. Presidente abriu a votação para o cargo de Vice-Presidente. O Vereador Gladstone Roncalli da Silva recebeu os votos de: Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva. Abstiveram-se de votar: Frederico Senra Condé, Ivan Ferreira Martins e Rafael Vilela Martins. O sr. Presidente proclamou eleito “Vice-Presidente da Câmara” o Vereador Gladstone Roncalli da Silva com 05 (cinco) votos. Em seguida, o sr. Presidente iniciou o processo de escolha para o cargo de Secretário. O Vereador Hedilberto Teixeira recebeu o voto de: Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva. Abstiveram-se de votar: Frederico Senra Condé, Ivan Ferreira Martins e Rafael Vilela Martins. O sr. Presidente proclamou eleito “Secretário da Câmara” o Vereador Hedilberto Teixeira com 05 (cinco) votos. Finalizando, o sr. Presidente abriu a votação para o cargo de Suplente de Secretário. O Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu os votos de: Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. Abstiveram-se de votar: Frederico Senra Condé e Ivan Ferreira Martins. O sr. Presidente proclamou eleito “Suplente de Secretário” o Vereador Jorge Luís Martins Soares, com 06 (seis) votos. O Vereador Ivan parabenizou o Vereador Maurílio e pediu que o mesmo conduza a Câmara tratando os Vereadores de forma igualitária, como deve ser. O Vereador Rafael felicitou o Vereador Maurílio. O Vereador Maurílio agradeceu a votação. O Vereador Hedilberto agradeceu a votação recebida, cumprimentou o Presidente eleito e parabenizou o Vice-Presidente eleito; disse que não participa de acordos e salientou a sua amizade desde criança com o Vereador Gladstone; ressaltou os valores morais que todos os

políticos devem ter. O Vereador Gladstone agradeceu os votos recebidos e apoiou as palavras do Vereador Hedilberto. O Vereador Jorge felicitou a nova mesa diretora e lembrou que no dia nove de dezembro acontecerá a inauguração da sede própria. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sessão Solene de Inauguração da Sede Própria da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, à Rua Januário Lima, nº 55, bairro Jardim América, município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, presentes os Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; o ato iniciou-se no átrio externo do edifício, com a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino a Rio Pomba pela banda de música da Sociedade Musical Santa Cecília, seguido do descerramento da placa inaugural pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, pelo sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, e pelo Vereador Rafael Vilela Martins, a quem coube o início da construção da sede e também representando a família Nunes, tendo em vista que a edificação recebeu o nome de Edifício Vereador Joaquim Nunes Martins (avô paterno do Vereador Rafael). Ato contínuo, os vereadores e o público presente dirigiram-se ao interior da sede, quando o Plenário foi composto pelos srs. Vereadores e pelas autoridades o sr. Prefeito, Reginaldo Furtado, e o Diretor do campus Rio Pomba do Instituto Federal, Prof. José Manoel Martins. O sr. Presidente, Vereador Jorge Luís, declarou aberta esta sessão solene cujo objetivo é inaugurar oficialmente a nova sede da Câmara Municipal, neste edifício construído com recursos orçamentários próprios do Legislativo. Registre-se a presença de diversas autoridades e personalidades municipais. Foi convidado o Pastor Márcio, da Igreja Assembleia de Deus da Água Limpa, para conduzir um momento de oração de proteção e bênçãos da nova sede do Legislativo. A seguir, puderam se pronunciar os srs. Vereadores. Representando a família Nunes, usou a palavra o Dr. Carlos Nunes Senra, filho do ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara, Joaquim Nunes Martins, para agradecer a homenagem prestada ao seu estimado pai com a denominação da sede. Também se pronunciou o exmo. sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho. Finalizando, usou a palavra o sr. Presidente da Câmara, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que finalizou declarando: “Após cumpridos todos os atos formais, nesta bela cerimônia, eu Presidente da Câmara, em nome da Mesa Diretora e representando todos os Vereadores que compõem esta Casa, declaro oficialmente transferida a sede da Câmara Municipal para este local, passando o Poder Legislativo a fazer aqui suas deliberações”. O público e todos os presentes foram convidados a conhecerem as dependências da sede própria do Poder Legislativo Municipal e a sessão solene declarada encerrada pelo sr. Presidente. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o envio de respostas do Executivo relativas às professoras, à patrulha solidária e à subvenção para Casa de Cultura. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.007/2022, do Executivo: Dispõe sobre autorização para o Município firmar convênio com Associação Monsenhor Antônio Xavier Rodrigues, conforme específica e dá outras providências. Presente no recinto, a Secretária de Assistência Social, Marileia Reis de Oliveira, usou a palavra para explanar sobre o projeto e sanar dúvidas dos vereadores. O sr. Presidente colocou em apreciação o regime de urgência para este projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Assistência e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente à proposição. A seguir, colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.007 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.008/2022, do Executivo: Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 1.828/2022 que Dispõe sobre a criação do fundo penitenciário municipal. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do autor do projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Após, o sr. Presidente consultou as comissões de Legislação, Assistência e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente à proposição. A seguir, colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.008 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.009/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2022 para acobertar despesas com pessoal e dá outras providências. Presente no recinto, o sr. Vice-Prefeito e Secretário de Governo e Planejamento usou a palavra para explanar sobre o projeto. O sr. Presidente colocou em votação o regime de urgência para o projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças emitiu o parecer verbal pela aprovação do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.009 foi aprovado por unanimidade. Presentes no recinto, foram convidados a usar a palavra representantes da Copasa que puderam explanar sobre as atividades no município, principalmente sobre o esgotamento sanitário. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 2.010/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do autor do projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Após, o sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças e a mesma emitiu o parecer verbal pela aprovação do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.010 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.011/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2022 para acobertar despesas com subvenção a subvenção Assoc. Quilombola dos

Coelhos e dá outras providências. Presente no recinto, a veterinária Kênia Vidigal falou sobre os objetivos do projeto. Mediante consulta do sr. Presidente, o Plenário concedeu por unanimidade o regime de urgência para apreciação deste projeto. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças e a mesma emitiu o parecer verbal pela aprovação do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.011 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gladstone Roncalli fez memória do dr. Sérgio Roberto Vieira da Silva, falecido recentemente, e propôs que o seu nome seja inserido no rol de homenageados do dia 16 de dezembro. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 462: reparo e manutenção na estrada rural do Passa Cinco; 2) Indicação nº 463: restauração do coreto da Praça Dr. Último de Carvalho; 3) Indicação nº 464: vistoria técnica nas árvores localizadas nas laterais das estradas rurais; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 233-2ª edição: grade de proteção na rua Henrique Dias Saraiva; 2) Indicação nº 460: substituição de placas por muro de contenção no cemitério municipal; 3) Indicação nº 461: vistoria no muro de contenção do Espaço Clymene de Queiroz; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 457: reparo em ponte na comunidade do Tejuco; 2) Indicação nº 458: construção de bueiro no bairro Jardim América; 3) Indicação nº 459: alimentação gratuita para crianças e adolescentes em férias escolares. O Vereador Hedilberto Teixeira apresentou o Requerimento nº 37: requer informações sobre aquisição/aplicação de herbicida. O autor, Vereador Hedilberto, falou sobre os objetivos do seu requerimento que se dá especialmente pelo fato de o município haver adquirido herbicida em 2020, ao passo que a legislação federal já proibia tal uso. O Vereador Demétrius disse que fez parte da administração passada mas sempre foi contra o uso de herbicidas em espaço público. O Vereador Maurílio disse que é impossível manter as vias livres do mato sem usar herbicidas. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Sobre a proposta do Vereador Gladstone de homenagear o dr. Sérgio Roberto, o sr. Presidente disse que a mesma poderá ser apresentada e aprovada em fevereiro, pois este ano já se ultrapassou a cota de homenagens. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. O sr. Presidente fez a leitura do Ofício nº 272, do Executivo, e determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente puderam usar da palavra sobre assuntos de interesse público os vereadores inscritos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara Municipal os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins; ausentes os Vereadores Frederico Senra Condé, Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares; deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária, honra ao mérito e moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Dr. Arthur de Oliveira Simões (Delegado) – cidadão honorário; Beatriz de Melo Martins (Escola Borges de Moraes) – honra ao mérito educacional; José Manoel Martins (IF) – cidadão honorário; Moções de aplausos: Bernadete Gaudereto Soares - Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo – Funcionários do Lar Lygia Cunha - Igreja Assembleia de Deus – Instituto Federal 60 anos – Isabel Cristina de Faria Panarotto - Jorge da Costa Porto Filho – Laércio José Saraiva - Marcelo Ferreira Mendes – Marcos Lodi Ferreira - Leonardo Batista Pacheco – Padre Pierre Maurício de Almeida Cantarino - Professores Veteranos. Registre-se que o homenageado, Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, justificou sua ausência. Foi convidada a integrar-se ao Plenário a Secretária Municipal de Administração e Finanças, Andréa Caetano de Oliveira, representando o senhor Prefeito de Rio Pomba, Reginaldo Furtado de Carvalho. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. Valendo da presença do revmo. Padre Pierre Cantarino, o mesmo foi convidado a fazer as orações de bênçãos da nova sede do Poder Legislativo, inaugurada no dia nove deste mês. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as motivações de cada homenageado, colhidas as assinaturas no Livro de Honra e feita a entrega dos títulos alusivos às suas homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os homenageados puderam usar a palavra, assim como os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados. A sessão se revestiu de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva Rafael Vilela Martins

Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dezessete minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e dois, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que convidou os srs. Vereadores para a sessão de posse da nova Mesa Diretora para o biênio de 2023/2024, a se realizar no dia primeiro de janeiro, às dez horas. Foi lido convite do diretor do campus Rio Pomba. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.014/2022, do Executivo: Altera o anexo I e III, da Lei Municipal 1.634/2019, de 30 de outubro de 2019. Cria Cargos de Profissional de Apoio Escolar e dá outras providências. A seguir, foram lidas duas emendas do Vereador Jorge Luís ao Projeto de Lei nº 2.014. Presente no recinto, usou a palavra para falar sobre o assunto o sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, o qual também respondeu às questões apresentadas pelos vereadores. Os vereadores também puderam passar às mãos de alunos presentes detalhes mais precisos sobre os objetivos do projeto. Na oportunidade, o Vice-Prefeito passou outras informações sobre a administração municipal. A palavra foi concedida à senhora Valéria, representando as mães de alunos presentes e o GAARP – Grupo de Apoio aos Autistas de Rio Pomba. Foi submetido ao Plenário o pedido de urgência do Executivo para esta proposição, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Educação e Finanças. As três comissões se manifestaram a favor da proposição. O sr. Presidente então colocou em votação as emendas apresentadas, sendo ambas aprovadas por unanimidade. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.014 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.012/2022, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a contratar profissionais, por tempo determinado e em caráter excepcional, para atuarem no exercício de Função Pública temporária de Profissional de Apoio Escolar. O sr. Presidente colocou em apreciação o regime de urgência solicitado pelo Executivo para este projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Educação e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente à proposição. A seguir, colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.012 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.013/2022, do Executivo: Fica criado o cartão alimentação aos conselheiros tutelares do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Demétrius falou sobre a importância do trabalho do conselho tutelar. O sr. Presidente colocou em apreciação o regime de urgência solicitado pelo Executivo para este projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e Finanças. As duas comissões opinaram favoravelmente à proposição. A seguir, colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.013 foi aprovado por unanimidade. Os Vereadores Hedilberto e Gladstone agradeceram ao Executivo pelo atendimento a um pedido feito por eles juntamente com o Vereador

Paulo. Convidado pelo sr. Presidente, o Vice-Prefeito falou sobre a implantação do programa feira solidária. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.015/2022, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidades administrativas do Poder Executivo. O Vereador Jorge Luís falou sobre o projeto. O sr. Presidente colocou em apreciação o regime de urgência solicitado pelo Executivo para este projeto, o qual foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão de Finanças, a qual concluiu-se favorável ao projeto. A seguir, colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.015 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, o sr. Presidente apresentou e disse que ficaria tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. O mesmo foi encaminhado para as comissões de Legislação e de Finanças e o autor, Vereador Jorge, explicou seus objetivos. Após, foi apresentado o Requerimento nº 38, do Vereador Ivan Ferreira Martins: requer informações sobre a máquina de pintura viária. O autor falou sobre seu requerimento. Presente no recinto, foi convidado a falar sobre o assunto o sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente perguntou ao autor, Vereador Ivan, se diante das informações prestadas pelo Vice-Prefeito gostaria de tirar suas dúvidas. Colocado em votação, o Requerimento nº 38 foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares; votando a favor: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins e Ivan Ferreira Martins. Os Vereadores que votaram contra o requerimento justificaram que assim votaram pelos esclarecimentos prestados pelo Vice-Prefeito. O Vereador Demétrius disse que apresentar requerimentos faz parte das funções do Legislativo. Em sequência foram lidas: a) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 469: providência em estrada rural do Monte Alegre; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 465: denomina sala de cardiologia do Centro de Especialidades com o nome de Dr. Sérgio Roberto Vieira da Silva – Mundiquinho; 2) Indicação nº 466: reforma da escola municipal Chico Francisco no Bomjardim de baixo; 3) Indicação nº 467: recuperação da Escola Municipal Severino da Costa Vieira do Bomjardim de Cima; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 468: recapeamento asfáltico no Bairro Lindo Vale. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às vinte horas e quarenta minutos, o sr. Presidente determinou a permanência em tramitação do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público e também congratularam-se pela chegada do fim do ano. O sr. Presidente informou que o Vereador Hedilberto foi indicado como suplente representando a Câmara no Conselho Municipal de Esporte. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 75 (setenta e cinco) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2022 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e dois) até 31/12/2022 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 06 de fevereiro de 2023.

VEREADOR HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara